

A W

(S: 22.12.2017)

## ACTA Nº 3-A/2017

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Chamusca, realizada no dia vinte
e dois de dezembro de dois mil e dezassete no Salão Nobre do Edificio dos Paços do
Concelho, na Chamusca
Aos vinte e dois dias, do mês de dezembro de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma
horas e trinta minutos, realizou-se a <u>Sessão Ordinária</u> , da Assembleia Municipal de
Chamusca, sob a presidência de Joaquim José Duarte Garrido, tendo como primeiro
Secretário Maria Inês Fernandes Ribeiro e segundo Secretário António José Tomaz
Moreira, convocada nos termos do nº 1, do artigo 27º, da Lei nº 75/2013, de 12 de
setembro, conforme anúncio público afixado por Edital, a onze de dezembro de dois mil e
dezassete, com a seguinte <u>ORDEM DE TRABALHOS</u> :
<u>DOCUMENTOS / INFORMAÇÃO / CONHECIMENTO</u>
1 – Relatório de Atividades relativo aos meses de Setembro a Novembro 2017 –
Apreciação;
2 – Funções Autárquicas com o Desempenho de Atividade Profissional – Vereador em
Regime de Permanência
<u>DOCUMENTOS/APROVAÇÃO</u>
3 – Contabilidade – Apreciação e votação:
a) 4ª Revisão Orçamental 2017;
b)Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal conforme Proposta de
Deliberação;



c) Grandes Opções do Plano - Orçamento 2018 - Prévia Autorização (DL 197/99, de
08.06/ Autorização prévia (LCPA);
4 – Adendas – Apreciação e votação:
a) Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira nº 7 com Associação de
Bombeiros Voluntários da Chamusca;
b) Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira nº 55/2017 com Santa Casa
da Misericórdia de Chamusca;
c) Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira nº 62/2017 com Santa Casa
da Misericórdia de Chamusca;
d) Protocolo – Recolha de RSU (Resíduos Sólidos Urbanos) com Resitejo;
5 – Protocolos de Parceria – Apreciação e votação:
a) Associação Cultural Cantar Nosso no âmbito das Atividades de Expressão
Dramática e Musical no 1º ciclo do ensino Básico e Expressão Musical no pré-escolar;
b) ATB - Associação Tempos Brilhantes no âmbito das Atividades de Animação e
Apoio à Família (AAAF);
c) ATB – Associação Tempos Brilhantes no âmbito das Atividades de Enriquecimento
Curricular (AEC);
6 - Contratos Interadministrativos - Campos de Férias - Apreciação e votação:
a) Freguesia de Carregueira;
b) União de Freguesias de Chamusca e Pinheiro Grande;
c) União de Freguesias de Parreira e Chouto;
7 – Acordos de Execução – Análise e Aprovação:
a) Freguesia de Carregueira;



## MUNICÍPIO DE CHAMUSCA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



b) União de Freguesias de Parreira e Chouto;
c) Freguesia de Ulme;
d) Freguesia de Vale de Cavalos;
e) Acordo de Execução com a União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande
por mútuo entendimento a não celebração de novo e proceder à resolução do existente;
8 – Contrato interadministrativo – AAAF (Atividades de Animação e Apoio à Família)
– Freguesia de Carregueira – Análise e votação;
9 - Contratos Interadministrativos - Universidades e Academias Séniores - Análise e
votação;
a) Freguesia de Carregueira (Universidade Sénior);
b) União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande (Universidade Sénior);
c) União de Freguesias de Parreira e Chouto (Academia Sénior);
d) Freguesia de Vale de Cavalos (Academia Sénior);
10- Contratos Interadministrativos - Balcão do Municipio - Análise e Votação:
a) Freguesia de Carregueira;
b) União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande;
c) União de Freguesias de Parreira e Chouto;
d) Freguesia de Ulme;
e) Freguesia de Vale de Cavalos;
11 – Contratos Interadministrativos – Análise e votação;
a) Freguesia de Carregueira – Manutenções Permanentes, Eco Parque, Limpeza de
Ribeiras e Desmatação;
b) União de Freguesias de Parreira e Chouto – Manutenções Permanentes, Limpeza

de Ribeiras e Desmatação;
c) Freguesia de Ulme – Manutenções Permanentes, Limpeza de Ribeiras e
Desmatação;
d) Freguesia de Vale de Cavalos - Obras e Reparações (manutenção contínua e
conservação dos espaços públicos);
<i>PRESENÇAS</i>
Procedeu-se à verificação das presenças dos eleitos que compõem a Assembleia
Municipal de Chamusca, convocados pelo Senhor Presidente da Assembleia nos termos
do n.º 1, do artigo 27º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, dos 20 (vinte) elementos em
efetividade de funções: 12 (doze) do PS – Partido Socialista; 4 (quatro) da CDU –
Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, doravante "CDU" e 4 (quatro) da Coligação
Chamusca é o Meu Partido – PPD/PSD – CDS-PP, doravante "Coligação Chamusca é o
Meu Partido", verificaram-se as ausências devidamente justificadas por mail, com as
respetiva indicações de substituição, de Ana Cristina Frazão Costa por Carla Cristina
Martins de Magalhães Marques e de Joel Nunes Marques por Rui Jorge Martins
Gonçalves. Ambos os membros em substituição tomaram posse antes do início desta
Sessão, conforme ata anexa, e passaram de imediato a integrar o plenário
Da Câmara Municipal estiveram presentes o Presidente da Câmara Paulo Jorge Mira
Lucas Cegonho Queimado, a Vice-presidente Cláudia Patrícia Alves Moreira e os
Vereadores Gisela Maria Azevedo Trincão Matias, Rui Filipe Rodrigues Ferreira e Rui
Miguel Garrido Conde Andrade Rufino
VOTAÇÃO DA ATA
Presente a ata nº 2-A/2017 da Sessão Extraordinária de 10 de novembro, auscultado o





Plenário e nada assomando foi a mesma objeto de votação e Aprovada, por maioria com
uma abstenção
PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
O Senhor Presidente da Assembleia inquiriu o Plenário sobre possíveis intervenções:
Pedido a palavra Rui Miguel Azevedo Martinho, Coligação Chamusca é o Meu Partido
começou por saudar e apresentar as Boas Festas a todos e continuou referindo:
"Quero apresentar um voto de pesar pelo falecimento da democracia na Chamusca
assente precisamente naquilo que esta Assembleia tem na atual Ordem de Trabalhos
para o dia de hoje, que me chegou às mãos apenas ontem mas ainda tive tempo de les
antes de chegar aqui. No ponto sete alínea e) "Acordo de Execução com a União de
Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande por mútuo entendimento a não celebração
de novo e proceder à resolução do existente" sucede que nunca jamais em tempo algum
houve algum mútuo entendimento sobre a não celebração de acordo de execução
Portanto foi um entendimento unilateral pela parte do Município, eu enquanto aqui
estiver a representar por inerência a União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro
Grande não vou deixar passar inverdades desta natureza, como é obvio é a minha
obrigação, é para isso que fui eleito e é isso que vou respeitar até ao último minuto. Aliás
se atentarmos bem no documento do Orçamento na página na página doze,
sensivelmente a meio da página, vem cá bem claro o Município a assumir essa
unilateralidade da decisão."
O Senhor Presidente da Mesa aconselhou o eleito a discutir o assunto aquando da
apresentação do enumerado ponto, respondendo este último que seria quando o Senhor
Presidente o entendesse desde que o deixasse falar,



Pela bancada do PS Nuno Jorge Lino Mira, após cumprimentar todos os presentes,
disse:
"A minha intervenção tem o objetivo de congratular o Executivo, principalmente o
Senhor Presidente da Câmara da Chamusca, Paulo Queimado, e a Vereadora com o
pelouro da Educação, Cláudia Moreira, pela visita do Ministro da Educação, Tiago
Brandão Rodrigues, à Chamusca
O Ministro Tiago Brandão Rodrigues marcou presença no encerramento do primeiro
período letivo do Agrupamento de Escolas da Chamusca, inaugurando duas salas do
laboratório de aprendizagens inovadoras e criativas, tendo também aproveitado para
conhecer o projeto das AEC's, classificou como pioneiro a nível nacional. Projeto este
que procura estimular a criatividade, espírito crítico, consciência social, cooperação e
empreendedorismo dos nossos alunos
A Câmara Municipal da Chamusca tem realizado desde dois mil e treze uma aposta
clara na educação dos nossos jovens do Concelho da Chamusca e a visita do Ministro
da Educação só veio confirmar que estamos no caminho certo no que trata da educação
dos nossos jovens, por isso a Bancada do Partido Socialista quer dar os parabéns ao
Executivo da Chamusca."
Rui Miguel Oliveira da Cruz, da CDU, apresentou a seguinte Moção:
PROPOSTA DE MOÇÃO
Considerando que:
1. Os fogos florestais trouxeram de novo, neste Verão de 2017, a tragédia ao País, com
mais de 400 milhares de hectares ardidos, o que faz deste o pior ano de sempre, de que
resultaram mais de uma centena de vidas perdidas, particularmente a 17 de Junho, nos





Incêndios de Pedrogão Grande, e a 15 e 16 de Outubro, no centro e norte do País,
centenas de casas afectadas e milhares de explorações agrícolas, actividades económicas
e empregos atingidos ou mesmo destruídos, que dão expressão a esses dramáticos
acontecimentos
2. A desertificação económica e humana de vastos territórios, pela liquidação de
milhares de explorações agroflorestais; a falta de rentabilidade económica e a
desenfreada expansão do eucalipto; o desordenamento florestal e a falta de
cumprimento mínimo da Lei de Bases da Politica Florestal, da Estratégia Nacional das
Florestas e do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios - ao nível do
cadastro, do número de equipas de sapadores, da liquidação dos guardas florestais, dos
PROF, das redes de gestão de combustível e outras infraestruturas; as deficiências e
carências do dispositivo de combate aos fogos; tudo isso e muito mais, não caiu do céu
ou são fruto do acaso. Antes são a pesada factura de políticas agroflorestais, do
encerramento e degradação de serviços públicos, entre os quais os do Ministério da
Agricultura virados para a floresta; dos monopólios da madeira e cortiça; das políticas
de restrições orçamentais sujeitas ao Pacto de Estabilidade e Crescimento e a União
Europeia!
3.A dimensão trágica e brutal dos incêndios florestais é, pois, consequência de décadas
de política de direita do PS, PSD e CDS, no mundo rural, na agricultura, na floresta, no
abandono do interior
4.As condições climatéricas deste Verão foram únicas e terão estado na origem
imediata da situação dramática que o país vive, mas é necessário sublinhar que as
condições da Floresta Portuguesa, em que avulta a ausência de ordenamento agravada

pela quase total ausência de prevenção estrutural, são o caldo de cultura que favorecem
tais acontecimentos
5. A avaliação da situação e a identificação das medidas a tomar, quanto à situação da
floresta portuguesa, ao estado da prevenção estrutural, das medidas de detecção e às
deficiências na operação de combate estão feitas há muito, designadamente nos
relatórios da Assembleia da República elaborados na sequência das vagas de incêndios
de 2003, 2005, 2009 e 2013, diagnósticos e terapêuticas reafirmados, no essencial no
Relatório da Comissão Técnica Independente, recentemente tornado público
6.O que está em causa não é a necessidade de mais legislação, antes a determinação
de implementar a muita Legislação existente e de assegurar os meios técnicos,
financeiros e humanos para a sua concretização
A Assembleia Municipal de Chamusca, reunida no dia 22 de Dezembro de 2017,
delibera:
1. Manifestar a todas as populações atingidas e, em particular às vitimas e seus
familiares, o seu pesar e a sua mais profunda solidariedade
2. Transmitir o mais profundo reconhecimento a todos os que, em todas as áreas da
protecção civil, designadamente aos bombeiros e às forcas de segurança, intervieram e
intervêm para minimizar danos e prejuízos
3.Afirmar que este é ainda o tempo de cuidar das vítimas, em particular assegurando
habitação a quem perdeu a sua, de reestabelecer comunicações, de recuperar potencial
económico perdido, de repor infraestruturas destruídas ou desactivadas e equipamentos
públicos atingidos em consequência dos incêndios
4. Manifestar a sua preocupação pela confusão instalada no terreno quanto à





informação sobre os apoios existentes para as vítimas, a descoordenação das entidades
na sua atribuição e a ausência de meios de apoio à população, particularmente os mais
idosos e instar o Governo a uniformizar os apoios nas várias regiões atingidas
5. Reclamar do Governo os apoios necessários para os Bombeiros Voluntários fazerem
face às múltiplas responsabilidades que lhes estão cometidas no combate aos incêndios.
6. Exigir a reposição dos serviços públicos de educação, saúde, Segurança Social, nas
regiões do interior do país e do mundo rural, o reforço das estruturas do Estado,
designadamente do Ministério da Agricultura para responder às necessidades de
intervenção, bem como o investimento público necessário capaz de atrair e fixar
população
7. Manifestar o respeito pela pequena e média agricultura e produção florestal e
pecuária, como elementos essenciais à ocupação do território, e reclamar os apoios
necessários ao seu desenvolvimento
8.Sublinhar a importância de uma outra política florestal que assegure um
ordenamento que ponha fim às manchas contínuas de monocultura e garanta o
rendimento necessário aos produtores e que permitam a gestão ativa da floresta
9.Manifestar a preocupação por quaisquer medidas de transferência de competências
para as autarquias locais de responsabilidades na gestão da floresta que, pela sua
dimensão e importância só competem a Administração Central
10. Exigir a manutenção da gestão pública das matas nacionais, com mais meios
financeiros, logísticos e humanos atribuídos a essa função
Os Eleitos da CDU - Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)
Colocada à votação a Moção foi <b>Aprovada</b> , por maioria com seis votos a favor, três

#

contra e onze abstenções. --------Saudando os presentes José Joaquim de Jesus Braz, CDU, questionou sobre a situação da RESITEJO: ------- "Aqui há dois meses atrás fomos informados que havia a intenção dos responsáveis políticos por esta empresa, e recordo que é uma Associação de Municípios Intermunicipal, de alterar o estatuto jurídico da empresa, tendo em conta investimentos, taxas, enfim uma série de considerandos, sabemos também que foram pedidos pareceres de viabilidade económica e pareceres à tutela. A questão que eu queria colocar através do Senhor Presidente ao Executivo era se nos podia fazer um ponto da situação sobre esta situação da RESITEJO, que já vem de trás e que é uma preocupação de nós todos pela importância que tem para o nosso Concelho e para os Concelhos limítrofes que são tutelares da empresa." --------Concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara este referiu: -------- "É uma questão pertinente, é uma questão que terá que vir logicamente à Assembleia Municipal, nós temos vindo a desenvolver desde há dois anos aquela questão que tem a ver com a transferência da universalidade da Associação para uma empresa intermunicipal, houve aqui vários cenários que estiveram em cima da mesa, nomeadamente uma associação de direito privado, aliás uma série de questões que estiveram em cima da mesa daquilo que é necessário neste momento e a Secretaria de Estado também nos transmitiu que não há possibilidade de fazer a transferência da associação diretamente para empresa. Portanto neste momento os Senhores Vereadores já têm conhecimento daquilo que é a proposta para a transferência não da associação para empresa intermunicipal mas para a constituição de uma nova empresa





intermunicipal que se poderá chamar RESITEJO, ou outra coisa qualquer, mas que nós à partida iremos chamar RESITEJO até porque este é o nome que está presente naquilo que é a competência de resíduos sólidos urbanos e que depois eventualmente essa empresa intermunicipal terá dentro do seu pacto social e eu faço aqui muito o paralelismo com aquilo que aconteceu com as Águas do Ribatejo em que cada um dos municípios que tinham a sua competência própria daquilo que era a gestão da água para consumo e também do saneamento de cada um dos concelhos. Portanto a transferência da competência será sempre neste sentido, será de fazermos a transferência dentro do sistema de tratamento de resíduos sólidos urbanos e que haja uma entidade gestora, propriamente dita, tanto em baixa como em alta, aliás uma proposta que já veio e está em análise dentro das várias bancadas será que a RESITEJO enquanto empresa intermunicipal terá que ter as competências não só de tratamento de resíduos sólidos urbanos em baixa e em alta mas também a nível de limpeza urbana, a nível de recolha porta a porta, há uma série de competências que esta empresa intermunicipal terá que ter no futuro. É certo que esta é uma questão que teremos que ter sempre em consideração que aquilo que está no PERSU 2020 e no que são as designações da ERSAR, que é a entidade da qual também a RESITEJO também é associada mas que regula os resíduos urbanos, águas, saneamento também a questão dois resíduos sólidos urbanos designa a nível nacional há vários desígnios a nível da Europa e portanto nós enquanto membros da União Europeia temos também que responder ao que são as metas a atingir não só a nível nacional mas a nível europeu. Quando nós falamos nesta questão água, saneamento e resíduos sólidos urbanos cada vez mais, e isto é uma questão que está neste momento em cima da mesa e que temos que ter todos a consideração e a noção



de que cada vez mais a questão do utilizador/pagador está em cima da mesa embora nos custe a todos enquanto utilizadores e enquanto pagadores é que águas, saneamento e resíduos terão que ser pagos conforme aquilo que nossa produção, isto é uma questão que Associação Nacional de Municípios Portugueses tem sido largamente discutida é que os municípios claramente tentam fazer com que aquilo que são os custos diretos para os seus munícipes sejam os mais baixos possível, os sistemas que estão agregados a cada um dos municípios, no nosso caso a nível dos resíduos sólidos urbanos a RESITEJO, a nível de água para consumo e também saneamento as Águas do Ribatejo, nós a nível nacional somos dos dois sistemas que estamos muito abaixo daquilo que é, ou pelo menos muito equilibrados com aquilo que são os sistemas nacionais de tratamento de resíduos e de também de água para consumo. -------O nosso alinhamento continua a ser aquilo que é a nível nacional mas ligeiramente abaixo do que está a nível nacional e portanto daquilo que é a consideração em relação à questão que a CDU colocou realmente nós estamos a considerar, inclusivamente houve da parte da Câmara de Torres Novas a colocação de algumas questões no que diz respeito ao pacto social da empresa intermunicipal, porque nós temos como exemplo a questão das Águas do Ribatejo e portanto o nosso pacto social vai muito de encontro ao que era o pacto social das Águas do Ribatejo para os resíduos sólidos urbanos e estamos a trabalhar neste momento e da reunião tida anteontem na RESITEJO com os presidentes de câmara que fazem parte do sistema foi tentar criar um documento final em que todas as considerações de todos os municípios estejam consideradas neste documento porque a questão não é da Chamusca, a questão não é da Golegã, nem de Torres Novas, nem só de Constância e Barquinha, Ferreira do Zêzere, etc. Mas é uma questão que nós temos





que pensar o que é que é melhor para nós enquanto município, o que é que é melhor para nós enquanto munícipes, eu não sei se algum de vocês não paga contas de água e de saneamento, mas é importante que tenhamos a consciência que aquilo que nós estamos a trabalhar, enquanto municípios, para o sistema RESITEJO empresa intermunicipal terá sempre em consideração o que é melhor para o Município, o que é melhor para os munícipes não só da Chamusca mas para todos aqueles que neste momento são associados da RESITEJO e portanto daí também alguma dificuldade e aqui reconheço, também, enquanto Presidente da Direção da RESITEJO a dificuldade que é conseguirmos agradar a todos os municípios. Portanto neste momento ficou definido em reunião de direção e assembleia geral da RESITEJO que até ao dia 27 de dezembro todos os municípios vão dar os contributos para fazer o novo pacto social e esse será o documento que vai sair definitivamente dos municípios associados e que no início de janeiro, logo nos primeiros dias, vamos considerar esse último documento, considerar também a deliberação das Câmaras Municipais, que terá que vir também à Assembleia Municipal, mas que logicamente todas as bancadas terão conhecimento deste documento e que teremos a oportunidade de uma última pronúncia sobre quilo que são as considerações finais do documento." -------O eleito José Joaquim de Jesus Braz, CDU, disse considerar-se esclarecido, porém referiu:------- "Sim esclarecido, o Senhor Presidente não falou em duas coisas que eu coloquei, duas situações por um lado o parecer de viabilidade económica que segundo sei foi pedido e o parecer da tutela não sei se já há autorização para ou não? E estudo de viabilidade económica já temos? -----



O Senhor Presidente da Câmara respondeu:
"Só para esclarecimento eu fiz questão de fazer chegar aos Senhores Vereadores o
estudo de viabilidade económico ou financeira neste momento da RESITEJO enquanto
empresa intermunicipal, fiz questão de chegar também os outros documentos todos que
sustentam todas as questões que a CDU está a colocar, portanto existe esse estudo a cem
por cento para fazermos o estudo de viabilidade económico-financeira na empresa
intermunicipal."
Continuando os trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia iniciou o Período da
Ordem do Dia:
PERÍODO DA ORDEM DO DIA
DOCUMENTOS / INFORMAÇÃO/ CONHECIMENTO
1 – Relatório de Atividades relativo aos meses de Setembro a Novembro 2017 –
Apreciação;
O Senhor Presidente da Câmara com base na documentação enviada fez um breve
resumo do Relatório de Atividades e colocou-se à disposição para eventuais questões ou
dúvidas
Pela bancada da CDU, Maria Manuela Luz Marques mencionando a intervenção que
está a decorrer no Jardim de Infância do Pinheiro Grande questionou se estão previstas
outras intervenções, a curto prazo, nos outros jardins-de-infância ou escolas do primeiro
ciclo
Perguntou também para quando o início do polo da CASULME no Semideiro
Ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu estarem a decorrer várias
intervenções nos jardins-de-infância e nas escolas nomeadamente a climatização de todas



## MUNICÍPIO DE CHAMUSCA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



as salas, referiu, ainda, que espera ver resolvida, antes da época das chuvas, a passagen
para o refeitório da escola de Ulme
Quanto ao polo da Casulme, o qual afirmaram junto da Segurança Social que estaria d
funcionar até setembro de 2017, por erros grosseiros do projetista após colocado o projeto
a concurso público, o mesmo ficou deserto. Logicamente o Município pediu, vai para
quatro a cinco meses, uma retificação do projeto de execução da extensão do Centro de
Apoio Social de Ulme. Salientou a existência um acordo não formal mas de cavalheiros
com a Casulme em como vão ser os exploradores, sendo que esta também foi a entidade
que deu mais apoio para execução do projeto. De momento resta aguardar que o Senhor
Arquiteto Gil faça apresentação do projeto final com os novos valores para que se possa
remeter a candidatura e colocar a concurso o projeto
Intervindo, novamente, a Eleita Maria Manuel da Luz Marques, CDU, questionou se os
erros grosseiros eram no caderno de encargos ou mesmo a nível do projeto, referindo o
Senhor Presidente da Câmara que os erros grosseiros que afirma estão relacionados com
o projeto de especialidades que estão orçamentados em caderno de encargos. O caderno
de encargos foi uma vez a concurso em agosto de 2017 e o concurso ficou deserto porque
todas as empresas concorrentes consideraram não haverem condições para o fazer dado
que perante o projeto apresentado não conseguiam corresponder quer pelos valores quer
pela condição técnica
2 – Funções Autárquicas com o Desempenho de Atividade Profissional – Vereador em
Regime de Permanência
José Joaquim Jesus Braz, CDU, considera que esta situação deveria ter sido apresentada
na primeira sessão após a tomada de posse, porém a sua questão não se prende com isso

dado ser a tutela a dar o parecer e estar tudo previsto na legislação. A sua pergunta é a
nível jurídico e do ponto de vista do papel da Assembleia uma vez que o Senhor Vereador
é responsável pela área dos espaços verdes e ambiente não haverá conflitualidade de
interesses tendo em conta que a empresa, à qual presta serviço, é fitofarmacêutica estando
portanto relacionada com o ambiente. Acrescenta não competir à assembleia fazer o papel
de fiscalização ou apreciação do parecer, pensa que o primeiro responsável é o Senhor
Presidente da Câmara e subentende que terá competência para aprovar ou não esta
situação
A preocupação da sua bancada é se haverá conflito de interesses nesta acumulação de
funções tendo em conta a natureza da empresa e as competências do Senhor Vereador nos
pelouros que lhe foram atribuídos
O Senhor Presidente da Câmara explicou tratar-se apenas de dar conhecimento à
Assembleia Municipal da situação e fazendo considerações ao reparo da CDU assegurou
que após conversa com o Senhor Vereador ficou afirmado que a Câmara Municipal não
terá qualquer tipo de relação com as empresas para quem ele trabalha e que só prestará
serviços em Tomar e Vila de Rei
Pela Bancada do PS, Celina Raquel Bacalhau Moura assentindo as palavras do eleito
da CDU quando este afirma que o documento deveria ter vindo à primeira Assembleia,
porém evidencia que esta é a primeira Sessão Ordinária após a tomada de posse
<u>DOCUMENTOS / APROVAÇÃO</u>
<b>3 – Contabilidade</b> – Apreciação e votação: <b></b>
a) 4ª Revisão Orçamental 2017;
O Senhor Presidente da Câmara explicou tratar-se de uma revisão orçamental para





(S: 22-12-2017)

incluir mais duas rubricas que não existiam no orçamento e que servirão para cabimentar
o recebimento de receitas no seu devido lugar
Nada surgindo foi a referida Revisão Orçamental votada e Aprovada por unanimidade
de presenças
b)Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal conforme Proposta de
Deliberação;
Fazendo uma breve introdução aos documentos e demonstrando uma grande honra no
documento apresentado, que em sua opinião consegue demonstrar aquilo que é a
estratégia Municipal e transmite o que as várias forças políticas levaram aos seus
eleitores, o Senhor Presidente da Câmara colocou-se, assim como ao restante Executivo
à disposição para eventuais questões
Usando da palavra Maria Manuela Luz Marques e com base no primeiro eixo que o
Executivo elegeu como prioritário, o eixo da Educação, expôs as seguintes questões:
"Para quando o início do projeto educativo municipal tendo em conta que deve ser o
documento estruturante das medidas e das políticas e educativas para o Concelho
Queria saber alguma coisa sobre este plano integrado e inovador de combate ao
insucesso escolar, que penso que é um projeto da CIMLT e que já deve estar em fase de
execução
E também queria saber a constituição de uma sala de futuro se tem a ver com alguma
sala específica no centro escolar ou se tem a ver com uma sala que vai servir as escolas
EB1 do Concelho
Por sua vez Fernando Manuel Duarte Garrido, Coligação Chamusca é o Meu Partido,
começou por desejar um Bom Natal a todos e um ano de 2018 cheio de vontade "como



parece ter o Senhor Presidente e a sua equipa, no entanto depois de ler aqui assim as Grandes Opções do Plano e o Orçamento prezo muito Senhor Presidente, e digo-lhe de olhos nos olhos, o Senhor tem mudado a sua posição, há quatro anos era arrogante, "borrifava-se" para todos os outros que estavam ao lado e agora que tem maioria tornouse humilde e ouviu toda a gente e transmitiu isso para o papel, daí pessoalmente o meu agradecimento por essa mudança e essa postura, de qualquer modo tenho que ressalvar aqui determinadas coisas, dá-me ideia que o Senhor e a sua equipa trabalharam muito no acessório e pouco no fundamental. Traduzindo isto para miúdos eu saí da Chamusca em 1980/1981 porque não havia emprego e toda a minha geração saiu daqui para fora hoje assistimos à mesma coisa, ou seja que agora somos mais velhos e não há emprego. Estamos a perder mais de 100 eleitores por ano e falo especificamente, Senhor Presidente, no empreendedorismo não vejo aqui no seu projeto, vejo aqui sim escrito de uma maneira muito sucinta nada de focal, vejo muita coisa acessória, vejo muito foguete, mas fundamental não vejo aqui nada, porque é importante ter uma equipa que se mexa por este País fora, que vá ter com as empresas, vá ter com as associações, que vá às feiras, que se mexa e que traga para o nosso Concelho aquilo que nós queremos e não o resto daquilo que os outros Concelhos não querem. Nós neste momento temos lixo porque andamos a dormir durante muitos anos, podíamos ter outras coisas mas ainda bem que veio porque temos muito emprego, e é a empresa do futuro, de qualquer modo queria alertar de que não vejo aqui nestas Grandes Opções do Plano nada de fundamental para fixar população, era extremamente importante aquele Eco Parque não ter trinta e sete hectares particulares mas ter se calhar cinquenta hectares da Câmara Municipal, ou ali ou noutro lado qualquer. Era extremamente importante ter





um gabinete que nos projetasse não com festinhas, não com coisinhas aqui, mas que nos projetasse lá fora e cativasse as pessoas a virem cá para que esta geração de agora não tenha que passar pelo mesmo que a minha geração passou, certo? -------Ou seja não é sair às cinco e dizer que está tudo mal, é aqui, é aqui na Câmara Municipal que temos que olhar pelas pessoas e temos que olhar pelo povo como o povo sendo uma criança, eu tenho que levar o meu filho ao médico ele não quer ser vacinado mas eu vou vaciná-lo porque sei que lhe estou a fazer o melhor e é essa postura que eu quero da parte da Câmara Municipal da Chamusca. --------Outro assunto monitorização, Parque Ambiental, o Senhor Presidente fala aqui em consciencialização ambiental, espetacular, eu não tenho leituras do Eco Parque há mais de dois anos, pelo menos não chega aos membros da Assembleia nada disso. --------Outro ponto Ordenamento do Território, Senhor Presidente, o Senhor fala em todo o lado e a sua equipa fala em todo o lado no Eco Parque e de uma vez por todas devia estar aqui no ordenamento do território o acesso ao Eco Parque, nem que fosse só a partir do Pinheiro, nem que fosse por outro lado qualquer, é extremamente importante nós temos que fazer alguma coisa a bem da população mais próxima do Eco Parque, a bem da população mais próxima do Semideiro, da Carregueira e ali do Pinheiro pelo menos aqueles que estão ali mais perto, era extremamente importante ver isto nas Grandes Opções, mesmo que o Senhor não fizesse dizia-nos a nós que estava preocupado e não é isso que está aqui, o Senhor não nos transmite a nós essa preocupação daí que seja fundamental e eu vejo aqui assim algumas coisas que são acessórias daí que esteja a falar porque estou a sentir de uma maneira muito profunda porque sofri na pele o ter que sair desta terra e estou a ver que muita gente vai sair e somos nós responsáveis que

P

temos que inverter esta situação." -------Agradecendo a intervenção do Eleito o Senhor Presidente da Assembleia cede a palavra à bancada do PS, referindo Nuno Jorge Lino Mira: ------- "Em primeiro lugar quero dar os parabéns ao Executivo pelo excelente documento que é este orçamento para o ano de 2018, é de salientar que desde 2013 o orçamento Municipal deixou de ser visto como um mero documento que era obrigatório apresentar e passou como mandam as boas práticas da gestão a ser visto como um importante instrumento de gestão estratégica do Município. Este orçamento é um orçamento realista exequível e transparente, servirá não só como plano financeiro para o ano de 2018 mas também como plano para os projetos a executar no curto e médio prazo, dizer também que muito orgulha esta bancada, do Partido Socialista, o facto de este orçamento ser a reflexão do programa do Partido Socialista. -------As sete áreas estratégicas que estavam presentes no nosso programa eleitoral são as sete áreas estratégicas que são defendidas neste orçamento, é caso para dizer prometemos cumprimos. Neste orçamento estão englobados vários projetos de grande importância para o Concelho da Chamusca, realçar a conclusão do Centro Escolar, o plano integrado inovador de combate ao insucesso escolar, a continuação da atribuição dos manuais aos alunos do primeiro ao décimo segundo ano, a atribuição de bolsas de estudo para os alunos que frequentem o ensino superior, a nova unidade de saúde familiar, o projeto reagir no âmbito da ação social, o laboratório de desenvolvimento do Concelho da Chamusca para fomentar o empreendedorismo e o arquivo histórico municipal porque um povo sem memória é um povo sem futuro. --------Para concluir quero realçar novamente a qualidade deste documento que é o





orçamento para 2018, apresentado pelo Executivo, e claramente dizer que a Bancada do
Partido Socialista vota favoravelmente este documento."
O Senhor Presidente da Assembleia agradecendo as intervenções, que considerou
excelentes, solicita a intervenção do Senhor Presidente da Câmara relativamente ao
apresentado, este por sua vez indica que será a Senhora Vice Presidente a responder dado
que detém o pelouro da educação, assim e começando por saudar todos os presentes e
desejar as Boas Festas a Senhora Vice Presidente referiu:
"Relativamente às questões da Deputada Manuela Marques primeira questão o início
do projeto educativo municipal, bem o projeto educativo municipal eu suponho que
esteja a perguntar a aprovação do documento final porque com todos os projetos que
têm vindo a ser feitos na área da educação é obvio que já há aqui um caminho muito
claro naquilo que se pretende para esta área dentro da gestão municipal. Mas
efetivamente e aqui mea-culpa e também do gabinete de educação que neste momento
otimiza de uma maneira muito competente as resposta que são dadas a esta área de uma
maneira nunca antes vista, mas de facto com projetos pioneiros de AEC's inovadores,
laboratórios de aprendizagens inovadoras e criativas, com agendas educativas e com as
demais ações que tem sido feitas para a educação e querendo nós, como é óbvio,
acompanhar muito de perto a redação do projeto educativo municipal, sim porque
estamos a falar só de redação porque as ações estão efetivamente a acontecer e nós
queremos que o documento final seja fiel e portanto não nos parece muito correto pegar
numa empresa que faça um documento que depois não tem aplicabilidade, nós queremos
acompanhar o processo muito de perto e é por isso mesmo que o documento final ainda
não existe, mas estamos a trahalhar nele indubitavelmente,



--Relativamente à terceira questão que diz respeito a mais uma sala do futuro o que está no orçamento trata respetivamente desta sala do futuro no âmbito dos projetos inovadores de promoção do sucesso escolar e nós também contemplámos aí uma verba para fazer face ao apoio que poderá ser necessário ainda no arranque deste projeto no agrupamento de escolas, no entanto quando foram apresentados os laboratórios de aprendizagens inovadoras e criativas foi referido especificamente a intenção de fazer crescer este projeto. E se nós inauguramos um like laranja e um like verde lá em cima na escola sede, nós manifestamos a intenção de disseminar o projeto, porque isto para nós não são espaços confinados onde temos o máximo de tecnologia, não, os laboratórios de aprendizagens inovadoras e criativas são uma filosofia de ensino, um modo de estar





relativamente aquilo que é ensinar as crianças e como elas aprendem e portanto sempre foi nossa intenção clara e sempre partilhamos isso com o agrupamento que efetivamente isto para nós era um projeto para disseminar pelo agrupamento todo dando acesso também às crianças dos jardins-de-infância e das EB1 do Concelho e o que hoje é um like laranja e um like verde amanhã será também um like azul na nova escola, será um like amarelo na sala que está vazia na EB1 da Carregueira, poderá ser um like itinerante que circulará pelas escolas do Concelho e portanto o projeto tem ainda muito por onde crescer. Não falamos só de equipamento tecnológico falamos precisamente disto é o laboratório onde nós criamos aprendizagens inovadoras e criativas, não tem que ser com computadores pode ser das mais diversas formas, o projeto está delineado para isso. ------Maria Manuela Luz Marques, CDU, acrescentou que de facto há um caminho mas não há documento e se o projeto é municipal gostaria de ver outros parceiros do Município envolvidos na concretização na criação deste projeto. -------Ainda pela bancada da CDU, José Joaquim de Jesus Braz mencionou: -------- "Foram aqui feitas algumas considerações e é aqui o sítio certo para falar, fiquei espantado por ouvir aqui que o orçamento foi muito participado, que teve o contributo de várias pessoas, vários eleitos locais o conhecimento que me chegou é que foi pedido aos Senhores Vereadores na última reunião em que foi apresentado o documento propostas para o Executivo. Também fiquei espantado com a afirmação do Líder da Bancada do PSD quando disse que tinha havido muita participação e que tinham sido ouvidos, pela nossa parte e era essa consideração que eu queria fazer gostei de ouvir o Senhor Presidente dizer que apela à participação, que é adepto da participação mas eu quero dizer aqui e afirmar que nós não fomos convidados para participar na proposta



da construção e da elaboração deste orçamento, enquanto Bancada da Assembleia Municipal não nos foi apresentada nem proposta nenhuma reunião de trabalho, como já fizemos em anos anteriores, para refletir sobre as Grandes Opções do Plano, sobre as linhas orientadoras para o mandato, em que nós humildemente cada um de nós com as suas perspetivas com os seus pontos de vista porque tiveram um programa que apresentaram ao eleitorado e que uma parte significativa das pessoas votou em nós, acreditava no nosso projeto e como tal era de bom-tom, pegando nas palavras do Senhor Presidente que nos propusessem, nos auscultassem, eventualmente poderíamos fazer uma reunião de trabalho onde isso poderia ser apresentado e discutido com foi em anos anteriores, havia essa cultura de participação e eu fico espantado como é que se diz aqui que houve participação, ou envolvimento quando connosco isso não aconteceu. Aliás há cerca de um ano e meio nesta Assembleia, o Senhor Presidente não estava cá mas estavam cá muitos elementos e alguns elementos do Executivo também, nós propusemos nesta Assembleia a criação de grupos de trabalho para reflexão, até porque alguns de nós enfim somos elementos, somos cidadãos, participamos ativamente na nossa comunidade, temos alguma experiência enquanto autarcas e poderíamos dar o nosso contributo humildemente, como é evidente, utilizando a experiência que cada um de nós tem e os conhecimentos diversificados cada um nas suas atividades e seria com certeza um contributo que não deveria ser rejeitado. Ou seja eu quero dizer que atendendo às características do nosso Concelho, como aqui foi dito é um Concelho pobre do interior mas que tem algumas potencialidades e que devemos valorizar também os nossos recursos, nomeadamente aquilo que foi aqui falado do Eco Parque, que é fundamental no Concelho na criação de postos de trabalho, no tratamento de residuos, na



A. Y

(S: 22.12.2017)

sustentabilidade do ambiente. Há algumas áreas, algumas linhas orientadoras que constam do documento enfim que nós também consideramos e que achamos importantes, nomeadamente este eixo da educação/qualificação fundamental, estruturante para a nossa população não só para os jovens mas também para os adultos, é fundamental em termos de desenvolvimento social em diversas áreas, a comissão social também fundamental num Concelho com as nossas características, o ordenamento do território, enfim. Mas nós gostaríamos dentro destas linhas orientadoras dar o nosso contributo e esse não nos foi pedido por isso é com espanto que disse, de qualquer forma nós também tivemos muita atenção ao documento e depois iremos apresentar uma declaração de voto que tem a ver essencialmente com estas linhas que eu acabei de apresentar. Gostava também de colocar uma questão ao Senhor Presidente da Câmara porque há duas Assembleias atrás nós tivemos a apreciar o balancete das contas de 2017 e eu coloquei uma questão construtiva, aliás esta minha posição, esta minha intervenção não tem o objetivo de criar aqui conflitos é só manifestar uma posição e pegando nas palavras do Senhor Presidente apelar a essa participação, a esse envolvimento, a essa inclusão das diversas partes, das diferentes partes porque cada um de nós com o nosso contributo poderíamos eventualmente enriquecer mais o documento é só nesse sentido não estamos aqui para fazer críticas destrutivas ou construtivas, eu peço que nos entendam dessa forma. Queria então colocar também ao Senhor Presidente sobre os investimentos que estão previstos para estas Grandes Opções do Plano, fala aqui em cinco milhões e tal de euros, para este ano penso que são três milhões e tal e eu gostava de colocar a questão ao Senhor Presidente que eu tinha colocado na última Assembleia em que depois nas contas aquilo aparece zero por cento em diversas áreas extremamente



importantes, eu coloquei essa sugestão ao Senhor Presidente, até falei depois com ele informalmente, e saber se essa situação foi ultrapassada ou se continuamos depois a ver nas nossas diversas rúbricas nestas linhas orientadoras, tendo nós investido verbas consideráveis para o nosso Concelho e investimento tem a ver com rentabilização, criação de valor acrescentado, valorização de equipamentos, etc., que isso depois não se reflita, o Senhor Presidente percebe o que eu estou a dizer, que isso não se reflita nas contas quando tivermos que apreciar as contas de 2017. Posto isto depois nós iremos apresentar uma Declaração de Voto em relação a estes dois pontos." -------O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do eleito e referindo que todos foram eleitos e mereceram a escolha e confiança da população, demonstrou a sua satisfação relativamente ao que o eleito disse e do sentimento de responsabilidade de participação, porém acrescentou que há uma participação do Executivo onde tudo terá que funcionar, se funcionaram nos outros partidos também vão funcionar na CDU. Passando de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal: ------- "Começando, pelo fim, naquilo que foi a intervenção da Bancada da CDU muito me espanta realmente esta intervenção porque daquilo que foi pedido aos Senhores Vereadores tanto da Chamusca é o Meu Partido como da Coligação Democrática Unitária foi para que apresentassem contributos e também as suas opiniões em relação ao Orçamento para 2018 e seguintes. Como está exposto aqui no nosso documento da parte da Chamusca é o Meu Partido o Senhor Vereador fez questão de apresentar algumas propostas nomeadamente uma proposta muito pertinente naquilo que vem no seguimento do que o Senhor Deputado Fernando Garrido vem a dizer e que tem a ver





com as acessibilidades do Eco Parque do Relvão que nós inclusivamente, enquanto Executivo, temos vindo a insistir juntamente não só do Ministério como das Secretarias de Estado das Infraestruturas e Planeamento para o nosso território e portanto dizer que da parte da Coligação Democrática Unitária os contributos para este Orçamento foram todos aqueles que estão enumerados no documento inicial, foram passo a enumerar nenhum. E portanto há uma questão que tem a ver com partidos e aquilo que é participação democrática que nós abrimos a todos os partidos que fazem parte deste Executivo, consideramos também que se o Orçamento Municipal para 2018 e que nós fizemos questão que se viesse refletir nos anos seguintes tivesse a participação de todos os partidos representados no Órgão Executivo, fizemos questão e tivemos uma reunião de preparação para que toda a gente pudesse participar naquilo que é o Orçamento Municipal muito me choca neste momento na Assembleia Municipal estar a ouvir que não houve a participação porque não foram chamados à participação. A Assembleia Municipal tem o papel de aprovar o Plano e Orçamento que é proposto pelo Órgão Executivo, que é a Câmara Municipal, e se todos conhecem a legislação eu tenho a certeza que todos conhecem pela vossa larga experiência, larga experiência dos anos que fazem parte dos sucessivos executivos e também das sucessivas assembleias municipais sabem perfeitamente que enquanto Órgão Executivo nós tivemos esta abertura para fazer um documento que fosse consensual entre todas as forças políticas para os próximos quatro anos. Digo mais não ter tido participação de todas as bancadas e portanto o Senhor Vereador Rui Rufino e a Senhora Vereadora Gisela tiveram oportunidade de apresentar as suas propostas, nós enquanto Autarcas e consideramos ainda enquanto democratas tivemos a liberdade de ir a todas aquelas que eram as



propostas transversais de todos os partidos políticos e todas aquelas que fossem transversais fossem coincidentes e fizemos incluir no nosso Orçamento as propostas que fossem coincidentes entre todas as forças políticas, independentemente das forças políticas terem apresentado ou não terem apresentado as suas propostas específicas. Muito me custa ouvir que não houve da parte do Executivo a parte da audiência daquilo que seriam as propostas estratégicas para o Concelho que estão refletidas exatamente neste documento, muito me custa ouvir e portanto Senhor Presidente em relação a esta questão colocada pela CDU e tomei a liberdade de começar pelo fim considero que, se calhar, este não é o documento de todos nós será o documento só de alguns, considero se calhar que este sendo um documento em que nós fizemos questão de incluir aquilo que era a proposta que toda a gente tinha proposto aos Chamusquenses e a todos aqueles que eram os habitantes do Concelho da Chamusca, se calhar, não é a proposta que todos queriam ouvir. --------Em relação àquilo que a Bancada do PSD referiu e que fez questão também de pedir que nós refletíssemos sobre esta questão, o Senhor Deputado Fernando Garrido diz que saiu da Chamusca em 1980 eu digo que eu nunca sai da Chamusca porque sempre acreditei que a Chamusca tem um potencial enorme e portanto temos aqui que realmente trabalhar todos naquilo que é o nosso Concelho independentemente de faltar o ar ou não faltar o ar e portanto às vezes temos que respirar mais fundo, temos que acalmar e temos que refletir sobre aquilo que é a nossa posição no Concelho e se queremos fazer pelo nosso Concelho ou se queremos fazer pelo outro ao lado. A questão que refletiu e muito bem eu considero que às vezes temos que dar um passo atrás para dar dois à frente, há pessoas que gostam de dar três passos à frente para depois cair quatro passos atrás e





o Senhor Deputado Fernando Garrido conhece muito bem alguns processos que eu não os vou enumerar neste momento, sabe perfeitamente bem que nós tentamos sempre colmatar aquilo que foram as deficiências do passado para fazer resolver aquilo que são as estratégias do futuro e que estão refletidas exatamente neste documento. É logico que a questão que aqui foi referida Eco Parque do Relvão a questão das acessibilidades não posso deixar de refletir também, que este Executivo tem tido várias reuniões nomeadamente com o Ministério das Infraestruturas e do Planeamento, continuamos a insistir consecutivamente naquilo que é uma necessidade do Eco Parque do Relvão, não podemos deixar de refletir também outras questões essenciais nomeadamente naquilo que foi o planeamento das acessibilidades ao Eco Parque muito mal classificadas e deixem-me que refira o anterior Executivo deste Governo em que foi especificamente referenciado o IC3 e a Ponte da Chamusca, ou seja a passagem sobre o Tejo, enquanto projeto de interesse local. Existem três patamares para que toda a gente entenda interesse local, interesse regional e interesse nacional nós consideramos e continuamos a considerar que o IC3 e a travessia do Tejo na Chamusca é um projeto a nível nacional e que deve ser considerado e classificado enquanto projeto de interesse nacional. -------O que é certo é que as infraestruturas de Portugal enquanto detentora daquilo que é o projeto da ligação entre Almeirim e a Barquinha com a travessia do Tejo considerou em determinada altura que este projeto era um projeto de interesse local porque está classificado enquanto acesso ao Eco Parque do Relvão é lógico que isto não é a verdade, nunca foi e nunca será até porque o IC3 passa a doze quilómetros do Eco Parque do Relvão portanto nunca será um acesso ao Eco Parque do Relvão. É um projeto de interesse nacional porque é a ligação entre aquilo que é o Alentejo e o acesso sul através



de Espanha ao nosso território com ligação ao norte do País, é também o acesso de Espanha A23 com acesso do norte do País ao centro de Portugal e logicamente depois ao centro e ao sul do nosso País e quando classificaram a questão do acesso de interesse local foi muito mal classificado. Neste momento o que nós temos estado aqui a desenvolver tem a ver com a reclassificação deste projeto do chamado IC3, que não é IC3 é A13, com a travessia sobre o Tejo como projeto de interesse nacional, portanto esse é o grande projeto que nós todos transversalmente seja através de geringonças seja através daquilo que tem a ver com os partidos que sempre estiveram também com interesses no Eco Parque do Relvão, não vou falar logicamente do Presidente de um partido que está neste momento de saída, Dr. Pedro Passos Coelho, que sempre teve interesses também com empresas lá no Eco Parque do Relvão mas estamos a falar transversalmente naquilo que são os interesses de toda a gente e portanto era importante que neste momento todos refletíssemos sobre os interesses do Concelho da Chamusca, sobre aquilo que é a nossa posição em relação à região, sobre aquilo que é a nossa posição a nível nacional e que conseguíssemos todos juntos, porque isto não tem a ver com o Partido Socialista, não tem a ver com o Partido Social Democrata nem tem a ver com o Partido Comunista Português e com todas as coligações que possam existir entre os partidos mas tem a ver com aquilo que nós enquanto cidadãos queremos para o nosso território e aquilo que queremos que realmente seja executado. --------Dizer que muito me estranha também que da parte da Bancada do PSD - Chamusca é o Meu Partido haja estas considerações, mas dizer que em relação à questão da monitorização ambiental, também, neste momento e compreendo perfeitamente bem aquilo que o Senhor Deputado Fernando Garrido estava a dizer que a nível da





monitorização ambiental que a Câmara devia fazer mais um bocadinho, sim eu compreendo o que ele quer dizer mas digo uma coisa completamente diferente neste momento a Câmara tem que fazer muito menos do que está a fazer porque a Câmara neste momento está a gastar à volta de oitenta mil euros por ano de monitorização ambiental em relação à envolvente do ambiente do Eco Parque do Relvão. Estamos a fazer monitorização das águas superficiais, temos monitorização das águas subterrâneas e temos a monitorização da qualidade do ar, mas se eu fiz questão também enquanto Presidente da Câmara que a Associação Eco Parque do Relvão estivesse a funcionar que era uma questão que estava pendente há nove anos, portanto também faço questão que num futuro muito próximo seja esta própria Associação Eco Parque do Relvão a ter a responsabilidade porque os associados da Associação como todos vós sabem são as empresas do Eco Parque, portanto tem que haver alguém que faça a monitorização daquilo que é a envolvente do Eco Parque para além da Câmara e que depois reporta à comissão de acompanhamento do Eco Parque do Relvão e que está disponível no site da Câmara Municipal para que toda a gente e não é a Assembleia Municipal, é toda a gente nomeadamente o cidadão comum tenha acesso à informação sobre a monitorização. São empresas credenciadas, são empresas que fazem a análise de forma autónoma e eu faço questão que dos Senhores Vereadores e os Membros da Assembleia Municipal não saibam quando é que é feito este levantamento e este levantamento de análise é a empresa que toma a iniciativa vem fazer este levantamento. -------Em relação à questão do Ordenamento do território dizer também, quero dar os parabéns à Bancada do PSD por ter esta visão tão abrangente em relação à questão do Ordenamento do Território, quero dar os parabéns por conseguirem resolver tão



facilmente todos os problemas, é logico que em apenas quatro anos de mandato anterior e agora em pouco mais de quase três meses de mandato que há uma questão essencial para todos nós que tem a ver com o Plano Diretor Municipal que se não fosse a questão de termos a REN praticamente aprovada e sair agora uma nova diretiva de observações de novas indicações e eu não vou dizer quem é que são as empresas porque essa é outra questão que tería que levantar agora aqui e não me cabe a mim falar sobre isso, temos que fazer uma revisão novamente à REN, mas se quiserem depois particularmente posso-vos passar quem é que são as empresas que estão a fazer estes estudos. Agora seria realmente interessante fazermos uma reflexão muito, muito, muito, muito profunda àquilo que são os interesses do Ordenamento do Território e àquilo que são os interesses externos, àquilo que são os interesses para o território não só da Chamusca mas a nível nacional, era muito interessante fazermos essa introspeção." --------O Senhor Presidente da Assembleia facultou a intervenção de Nuno Jorge Lino Mira, -- "Em primeiro lugar dizer que o Partido Socialista comunga das preocupações da Bancada do PSD/CDS no que trata à diminuição da população do Concelho da Chamusca mas temos que ver e dizer claramente que este é problema desde a década de setenta, de dez em dez anos a Chamusca perde mil habitantes desde a década de setenta e portanto estamos aqui todos empenhados para tentar inverter esta situação, certamente que o Executivo também está empenhado para tentar inverter esta situação mas não são em quatro ou cinco anos que vamos conseguir fazer aquilo que durante mais de trinta anos não foi feito ou pelo menos não foi conseguido. ------- Também e tendo em conta as declarações do Líder de Bancada da CDU, até está escrito





no Orçamento, eu fiquei um bocado espantado quando afirmou que a CDU sentiu que não teve oportunidade de participar neste Orçamento, eu não quero intrometer-me na vida da CDU, na vida do Partido Comunista, mas tem um representante no Executivo que deve reunir com a CDU para apresentar as propostas que a CDU entende apresentar para contribuir para o Orçamento, portanto está aqui escrito e eu creio que é verdade porque está aqui apresentado e até agora ainda ninguém me disse que era mentira, senão já o tinham dito, que no dia vinte sete de novembro, pelas quinze horas, reuniu o Executivo Municipal para reflexão e discussão das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018 e que esteve presente na reunião o Presidente de Câmara Paulo Queimado, a Vice-presidente Cláudia Moreira, o Vereador em regime de permanecia Rui Ferreira, a Vereadora Gisela Matias e o Vereador Rui Rufino e depois o Presidente da Câmara Municipal e os eleitos do Partido Socialista apresentaram aquilo que iria ser as suas propostas para o Orçamento e pediram contributos e temos aqui um contributo do Vereador do PSD/CDS e a Vereadora da CDU não apresentou qualquer contributo, portanto eu quero perguntar se é mentira que a Vereadora da CDU esteve presente nesta reunião e também perguntar se alguém a impediu de participar e dar contributos." -----O Senhor Presidente da Assembleia cedeu a palavra à bancada da CDU, interferindo Maria Manuela Luz Marques: ------- "Eu ao Senhor Deputado do PS não vou responder a este assunto, da minha parte está encerrado porque não quero levantar aqui nem mais uma questão em relação a isto. Mas quero fazer aqui uma observação em relação a uma coisa que já aqui foi dito "que um povo sem memória é um povo sem futuro ou sem história" enfim e eu queria deixar aqui muito claro que nós temos que ter memória e temos que ter memória e temos que

H

estar reconhecidos ao muito que se fez neste Concelho e também dizer aqui outra coisa um Concelho que não seja capaz de criar postos de trabalho é um Concelho que está condenado à desertificação e ao envelhecimento porque ninguém quer viver num Concelho onde não há trabalho, isto eu acho que toda a gente sabe isto. Se as empresas que neste momento dão mais trabalho e asseguram alguma atividade económica estão ligadas à área dos resíduos foi aquilo que na altura se conseguiu fazer, eramos nós que lá estávamos, fomos nós que o fizemos e acho que devemos estar agradecidos àquilo que se fez porque a partir daí ainda não se fez nada, é evidente que quatro anos é muito pouco mas vamos ver o que é que vem a seguir. -------Depois monitorizações são necessárias, falou-se aqui também de acessibilidade, do IC3 e da opção estratégica que se fez na altura eu que em dois mil e dois quando se começou a falar da instalação do Eco Parque eram duas empresas nacionais e pouco mais, depois deu-se o boom do crescimento e do local passou-se ao regional e a seguir ao nacional e tudo isto foi um caminho que se fez, um caminho que se continua a fazer e é um caminho que se tem que continuar a fazer. O IC3 se calhar agora já nem serve se calhar uma segunda ponte também já não é viável porque não há dinheiro, o País também está pobre e em recuperação, se calhar há de ser um segundo tabuleiro e alguma coisa se há de fazer. É evidente que este vai e vem de camiões a passar por dentro das nossas vilas e aldeias é mau e o Executivo alguma coisa tem feito, também não pode fazer tudo sozinho, tem feito contagem de veículos pesados, tem feito variadissimas outras coisas mas é ao Governo Central que compete também fazer isto, desbloquear este tipo de situações e espero bem que isso veja a acontecer num curto prazo porque não podemos viver efetivamente nisto. Depois há outros problemas ambientais é evidente que este Executivo



## MUNICÍPIO DE CHAMUSCA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



também o tem feito, tem feito muitas análises a variadíssimas coisas não lhe compete,
não, mas como não há mais ninguém que o faça ele fá-lo e fá-lo porquê? Também o faz
a bem das populações e é isso que tem que ser feito porque nós representamos quem nos
elegeu, não é? Todos sem exceção
Algumas coisas não correm bem é verdade, pode tudo correr melhor depende de quem?
De nós, da nossa capacidade de dialogar e da nossa capacidade de reconhecer que
podemos fazer melhor."
Pela Coligação Chamusca é o Meu Partido Fernando Manuel Duarte Garrido referiu: -
"Senhor Presidente se me permite e para que fique registado para memória futura nós
estamos todos aqui reunidos em defesa do bem comum e não com atitudes omissivas
particulares como o Senhor Presidente teve.
Senhor Presidente encarro-o como extremamente agressivo e inoportuno, aquilo que
disse chamou-me traidor e que me fui embora da Chamusca eu quero pessoalmente o
meu pai não tem nenhuma empresa e eu não vivo da política. Quero também dizer que
não tenho nada com sociedades secretas, não sou sócio de empresa nenhuma, nem tenho
interesses nenhuns no Eco Parque nem na Chamusca e o Senhor sabe que nos últimos
meses, ou nas últimas semanas contribuí para muito dinheiro entrar nos "bolsos" da
Chamusca por isso a carapuça serve a quem serve menos ao filho do Joaquim Garrido
da Chamusca, ok?"
O Senhor Presidente da Câmara pediu permissão para que a Senhora Vereadora Gisela
Matias; CDU se pronuncia-se, assim:
"Sim estive presente numa reunião com o senhor Vereador Rui Rufino o que
aconteceu nessa reunião de preparação foi o Senhor Presidente explanou, não nos



dando documento algum, portanto o Senhor Presidente esteve durante duas horas a explanar as suas ideias, as grandes opções. O Senhor Presidente explanou durante duas horas, se bem se lembram, não estive lá só eu, portanto o Senhor Presidente tinha os seus papéis à frente nós não tínhamos documentos e nós recebemos o documento mas isso é o seu programa eleitoral eu queria o Orçamento, certo? O o que o Senhor foi explanar foi o Orçamento não foi o seu programa eleitoral, isso foi antes de ser eleito, peço desculpa. Só para terminarmos o documento em papel tivemos quatro dias antes da reunião, da sessão de Câmara é só isso." --------O Senhor Presidente da Câmara referiu: ------- "Dando aqui o benefício da dúvida, logicamente, e não sendo este o Órgão Executivo e portanto não querendo também fazer aquilo que é a expansão das considerações da Senhora Vereadora Gisela limito-me a fazer isto assim e portanto dentro do Orgão Executivo, que a Assembleia Municipal logicamente fiscaliza, o Partido Socialista limitou-se a apresentar as propostas para o orçamento que estão neste momento e que toda a gente conhece. Toda a gente teve oportunidade de apresentar os seus documentos para o Orçamento, portanto Senhor Presidente do documento e penso que encerrando também aquilo que é a discussão do Plano e Orçamento tendo toda a gente a oportunidade de apresentar as suas propostas para o quadriénio 2018/2021 das propostas de cada um dos partidos políticos, tendo o Partido Socialista também considerando não só o que estava neste documento mas também aquilo que foi apresentado pelas várias forças políticas que foram coincidentes com este documento aqui que estamos em condições de analisar o Plano e Orçamento e logicamente também aprovar este Orçamento que eu considero ser um dos melhores orçamentos dos últimos



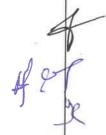


quinze anos para o Município da Chamusca." -----Cedida a palavra à bancada da CDU, José Joaquim de Jesus Braz mencionou: ------- "Aquilo que eu afirmei e ficou gravado penso que as pessoas ou não perceberam ou fizeram uma interpretação diferente daquilo que eu queria dizer, mas isso é uma questão subjetiva e é com cada um. Aquilo que eu afirmei é que foi proposto à CDU através do Senhor Presidente da Câmara à Senhora Vereadora Gisela Matias como foi acabado de afirmar numa reunião, que está aí transcrita, em que o Senhor Presidente apresentou as suas propostas de orçamento e pediu a colaboração aos Vereadores em cima do acontecimento, sem documento nenhum e nós entendemos e eu expliquei-me bem, eu tenho pena que as pessoas não tenham interpretado corretamente, mas está gravado, o que eu disse é que não concordava com a metodologia de trabalho, se houvesse boa-fé eu penso que ouve boa-fé mas se calhar se falarmos melhor e se calhar se dialogarmos mais, eu acredito na boa-fé do Senhor Presidente, não está aqui isso em causa, se calhar se tivéssemos falado melhor teríamos tido mais tempo para partilhar opiniões não só para analisar o projeto do Partido Socialista ao Concelho mas também para analisar em conjunto e cada força política sabe quais são as suas prioridades, não cabe ao Senhor Presidente da Câmara, o cabeça de lista do Partido Socialista, escolher dentro dos programas de cada partido aquilo que lhe mais convém, ou seja se houver boa-fé, se houver diálogo, se houver participação, se houver colaboração/articulação é possível as pessoas conversarem civilizadamente dentro das diferentes perspetivas políticas, e possível conversar, articular e propor dentro das Grandes Opções do Plano, das linhas orientadoras com as quais nós até concordamos e depois cada um apresentar as suas, aliás como aconteceu no mandato anterior em que os nossos vereadores em reuniões de



trabalho apresentaram as suas propostas e foram incluídas ou seja aquilo que eu afirmei, eu não disse que não nos foi colocada a questão das propostas, eu não disse que a nossa vereadora não ouviu essa proposta, ouviu foi em cima do joelho, ouviu foi sem documento, ouviu foi o Senhor Presidente durante duas horas apresentar as suas propostas. E depois estávamos na altura de apresentar o documento e pronto nós entendemos que não era a metodologia mais correta para participar e contribuir para a construção deste documento que é um documento muito importante, estruturante, que tem a ver com quatro anos e não é numa reunião de trabalho, em que durante duas horas o Senhor Presidente apresenta o documento já feito, já previamente feito e que depois pede a colaboração dos vereadores, sejamos honestos do ponto de vista intelectual ou seja tem que haver honestidade intelectual nestas questões se houver boa-fé, e eu espero que haja, teria sido um lapso ou então uma metodologia assumida mas com a qual nós não concordamos. Teriam existido mais reuniões de trabalho, mais diálogo, várias propostas em que as pessoas, eu até dizia não concordo com esta proposta então nós vamos considerar e temos esta, o Senhor Presidente está no direito de não concordar, não aceitar as nossas propostas mas a metodologia de trabalho seria esta do nosso ponto de vista porque já que foi referido os anos anteriores, os mandatos anteriores e o Senhor Presidente da Assembleia até pertencia a esta bancada o Senhor lembrasse das reuniões, que nós fazíamos, de trabalho "a partir pedra", naquele edifício ali em baixo, alguns elementos do Partido Socialista também lá estiveram presentes e do PSD também, em que nós pedíamos a colaboração de toda a gente quando apresentamos o Chamusca XXI, na entrada do século, em que as principais áreas de intervenção tiveram o contributo e a colaboração de todos. Assim como já aqui na altura em que o Partido Socialista já





(S: 22.12.2017)

estava no Governo nós tomamos muitas posições em defesa de estruturantes e até nos disponibilizamos junto do Senhor Presidente da Câmara para ele tivesse mais poder político de convencimento junto das entidades nacionais para irmos com ele e fazer força política em áreas como foram aqui acabadas de considerar nomeadamente no serviço que nós prestamos a nível nacional através dos CIRVER, ou seja isto não é um problema local isto é um problema nacional, nem sequer é regional. Ou seja a urgência, a intervenção, a necessidade de criar acessibilidades como deve ser, com qualidade são fundamentais porque nós estamos a prestar um serviço a nível nacional e o Senhor Presidente da Câmara, salvo melhor opinião e ele tem direito a ter a sua, está muito mais escudado se tiver esta Assembleia Municipal toda do seu lado a fazer força política porque ele um dia não vai defender o Partido Socialista ele vai defender o Concelho da Chamusca e ele sabe que pode contar connosco, por isso tem que haver boa-fé, tem que haver honestidade intelectual, tem que haver abertura de espírito mesmo para ouvir opiniões divergentes, onde é que está o problema? -------Vivemos em democracia há quarenta anos "cum diabo" não podemos discordar uns dos outros dentro do respeito, dentro da educação, dentro da civilidade, é o que faltava. E eu penso que o Senhor Presidente da Câmara, todos nós conhecemos até porque ele é uma pessoa já com alguma experiência também e tem quarenta anos, sabe perfeitamente disto quer dizer ele pode contar connosco e de cara levantada pode discordar e pode dizer que não concorda connosco e nós dizemos que não concordamos com ele, onde é que está o problema? E não podemos continuar a cooperar uns com os outros, não podemos ter espírito livre para colaborarmos uns com os outros? Eu acho que sim, não pode haver é reticências, dúvidas... não vamos ouvir esta gente, ouvimos só na última reunião, isso



não, assim não contem connosco. Tem que haver confiança política, tem que haver
honestidade no tratamento, tem que haver frontalidade e só assim é que a gente consegue
lá ir
-Eu era para fazer uma declaração de voto mas já não faço fica já aqui esta intervenção
Eu quero dizer que nós enquanto CDU estamos aqui para contribuir, para fiscalizar,
para contribuir e apresentar propostas construtivas mesmo que estejamos em desacordo
com o Executivo mas vão surgir alturas em que nas áreas mais importantes com certeza
que o Executivo conta com a nossa colaboração, conta com a nossa adesão porque se
for para bem do Concelho, porque se for para o bem dum ambiente sustentável, de uma
coesão social e territorial, ordenamento do território e educação e formação contem
connosco sim senhor porque foram essas propostas que nós apresentamos aos nossos
eleitores e que uma grande parte dos nossos eleitores confiaram em nós."
Maria Manuela Luz Marques questiona sobre o Mapa de Pessoal:
"Queria saber neste momento quantas unidades de pessoal é que o Município tem
protocolados com outras entidades, que eu não vi e não sei se consta do documento, mas
eu não vi."
Respondendo o Senhor Presidente da Câmara:
"Não fazendo considerações técnicas, este foi um documento que foi entregue a todas
as bancadas muito atempadamente e logicamente que o Relatório também e o resumo
de Mapa de Pessoal foi entregue dentro daquilo que é o Plano e Orçamento para o
próximo ano, não queria deixar também de referir que disto que foi aqui refletido,
inclusivamente com Mapa de pessoal e depois aquilo foi a reflexão também do Senhor
Deputado José Braz que é importante a reflexão mas é importante também que



f. 99

(S: 22.12.2017)

reflitamos noutro sentido tem a ver com o plano para 2018 e tem a ver com o plano também orçamental que tem a ver com números. Outra questão que eu não referi aqui e que eu gostaria de referir, independentemente de a CDU não ter entregue nem um contributo para este Plano e Orçamento, mas que o Partido Socialista fez questão de agarrar naquilo que eram as propostas coincidentes da Coligação Democrática Unitária e incluir neste projeto mas que em sede própria que há de ser a reunião do Executivo, portanto em reunião de Câmara havemos de discutir essa questão, não será aqui logicamente em sede de Assembleia Municipal mas que teremos todo o gosto e vou fazer questão e vou fazer daqui uma questão de ponto firme em relação à questão da reunião de Câmara vamos discutir esta questão. Mas quando fazem as chamadas "costas quentes" com o trabalho dos outros, quando nós fazemos questão e Senhor Deputado José Braz, Senhor Presidente permita-me que faça a consideração desta maneira, portanto quando o próprio Partido Socialista faz o trabalho de outros partidos que é incluir aquilo que foi proposto, como o Senhor Deputado José Braz disse aqui que nós fomos eleitos pela população da Chamusca, todos os que estamos aqui representados hoje, e quando em sede própria que era na formalização do Orçamento deviam ser todos os partidos que fazem parte do Órgão Executivo que tem por obrigação apresentar uma proposta de orçamento à Assembleia Municipal, e a Assembleia Municipal aqui não tem obrigação de fazer as propostas, tem sim a obrigação de analisar o documento e não estamos a falar de pessoas, estamos a falar de órgãos e são os órgãos com competências para fazer determinados documentos que a Assembleia Municipal não tem a competência para fazer o documento do Orçamento e Plano, pode dar contributos dentro daquilo que são as competências de cada partido político e portanto cada um dos



elementos que estão representados em cada um dos órgãos tem obrigação, ou o seu
presidente, de fazer a ligação com outros elementos
Em relação às outras questões colocadas aqui pela Senhora Deputada Manuela
Marques estão completamente explanadas no documento e portanto deixo aqui a
consideração."
O Senhor Presidente da Assembleia mencionou:
"Uma vez que foi manifestada de todas as forças político/partidárias o grande interesse
em ter alguns desenvolvimentos muito mais positivos durante este mandato eu fico muito
contente e agradeço também esta forma como o explanaram."
Nada mais surgindo foram as Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal
colocados à votação e Aprovados por maioria, com treze votos a favor, um contra, seis
abstenções e em minuta para efeitos imediatos
c)Grandes Opções do Plano – Orçamento 2018 – Prévia Autorização (DL 197/99, de
08.06/ Autorização prévia (LCPA);
Tomando da palavra o Senhor Presidente da Câmara explicou:
"Em relação ao ponto c) Grandes Opções do Plano em à Prévia Autorização daquilo
que é a autorização prévia para assunção de despesa plurianual, tem o mapa daquilo
que são as despesas que nós temos inclusivamente do acordo de quadro com a central
de compras eletrónicas portanto é um pedido à Assembleia Municipal para que possamos
assumir estes compromissos plurianuais que são despesas correntes logicamente
inadiáveis e portanto remeter à consideração da Assembleia Municipal."
Nada ocorrendo o ponto foi votado e Aprovado por maioria, com duas abstenções dos
eleitos Fernando Manuel Duarte Garrido e Silvina Maria Frias Fernandes, ambos da





bancada da Coligação "Chamusca é o Meu Partido", dezoitos votos a favor dos restantes
eleitos e em minuta para efeitos imediatos
4 – Adendas – Apreciação e votação:
a) Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira nº 7 com Associação de
Bombeiros Voluntários da Chamusca;
Foi a referida alínea colocada à votação e Aprovada por unanimidade
b) Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira nº 55/2017 com Santa Casa
da Misericórdia de Chamusca;
Da bancada da CDU José Joaquim de Jesus Braz questionou:
"Senhor Presidente esta questão que eu vou colocar não se prende com este ponto
específico prendesse com este conjunto todo de pontos e protocolos, é um assunto que
tem estado na ordem do dia o controle dos dinheiros públicos transferidos para as
associações, IPSS's, etc, toda a gente sabe do que é que eu estou a falar. É evidente que
nós somos um meio pequeno e toda a gente se conhece e nós conhecemos, felizmente, os
agentes que estão no terreno em quem depositamos a nossa confiança, isto é um ponto
prévio, mas porque "à mulher de César não basta ser séria tem que parecê-lo" é
importante, eu não sei se o Executivo já refletiu sobre isto mas eu penso que sim, através
da nossa Vereadora já nos foi dado o feedback de um eventual ponto da situação que foi
tratado sobre esta matéria em relação à monitorização, à fiscalização, ao controle da
forma como é que estas verbas consideráveis, e ainda bem que são consideráveis, de
apoio às associações, às IPSS's, etc que prestam um inestimável serviço ao nosso
Concelho e daí ter sido cultura deste Concelho, independentemente das forças políticas
que estão no Executivo, a dar o apoio, valorizar e respeitar as pessoas que estão no



terreno mas é importante atendendo aos sinais dos tempos nós termos institucionalmente uma forma de monitorizar, fazer auditorias às verbas transferidas e eu penso que isso já foi referido mas de que maneira? -------Em tempos ainda não se colocava estas questões como agora tem acontecido ultimamente de desvios de verbas, etc, etc, de peculato, etc, nós pedíamos através do Executivo, o nosso Concelho conhece a prática e penso que nos outros também é a mesma coisa, o pedido do plano de atividades, essencialmente era o plano de atividades e orçamentos. Agora se calhar não chegará o pedido de plano de atividades se calhar passa por se pedir balancetes semestrais, por exemplo, eu tive a experiência de participar numa associação, deste Concelho, durante alguns anos de forma como toda a gente sabe aqui no Concelho, penso que toda a gente sabe pro bono, como voluntário e tive muita honra nisso e aprendi muito com isso e dediquei muitas horas, eu e os companheiros que trabalhamos lá em prol dessa associação muitas horas e nós tínhamos, nas reuniões que fazíamos semanais, balancetes e na altura ainda não tínhamos os computadores como agora, com toda essa possibilidade de ter em online e no tempo os dados todos. Nós tínhamos balancetes semanais com despesas com receitas e com tudo, ou seja é fácil uma associação minimamente organizada ter essas contas em dia e todos nós sabemos também que nessas associações há conselhos fiscais como nas outras que em que tivemos também havia e há assembleias gerais que aprovam as contas como no nosso tempo também havia, mas acho que é pertinente atendendo aos sinais dos tempos que do ponto de vista de quem transfere verbas públicas para as associações ter uma forma institucional para todos, não está aqui em causa as pessoas que lá estão que nos merecem todo o respeito e todo o crédito, de transparência sei lá semestralmente, anualmente os





balancetes e as contas, as instituições para quem trabalham, os parceiros não custa nada é fácil e dá tranquilidade às duas partes. Era só uma observação em relação a estes protocolos devia ter feito logo no primeiro ponto, penso que foi o primeiro ponto que já foram levantadas estas questões Senhor Presidente e até gostava, se calhar, que o Senhor Presidente tecesse algumas considerações sobre isso para todos nós ficarmos mais esclarecidos e se há realmente esta intenção de dar o passo em frente, para bem de --O Senhor Presidente da Assembleia considerou o assunto pertinente apesar de se saber que a "malha "é cada vez mais apertada na distribuição das verbas, passando de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que declarou: -------- "Só tecer uma consideração muito breve em relação àquilo que foi consideração, também, do Senhor Deputado da CDU, concordo cem por cento com aquilo que foi dito pela Bancada, aliás esta foi uma questão que foi levantada por mim, próprio, em reunião do Executivo, na Câmara Municipal, em que daquilo que são os protocolos com várias entidades nomeadamente e estamos a falar especificamente aqui em relação à Santa Casa da Misericórdia com pessoal cedido na área da educação, são assistentes operacionais que dão apoio nas nossas escolas mas eu penso que o Senhor Deputado também se referia a outras questões nomeadamente com protocolos que firmamos com por exemplo a Associação Humanitária de Bombeiros da Chamusca, com outras associações em que é importante que pelo volume financeiro que o Município atribui a estas associações que não só o Executivo da Câmara Municipal mas também todos os deputados nesta Assembleia Municipal tenham conhecimento pleno onde é que estes dinheiros públicos são efetivamente aplicados. E portanto Senhor Presidente deixo aqui







5 - Protocolos de Parceria - Apreciação e votação:
a) Associação Cultural Cantar Nosso no âmbito das Atividades de Expressão
Dramática e Musical no 1º ciclo do ensino Básico e Expressão Musical no pré-escolar;
Concedida a palavra o Eleito da CDU, José Joaquim de Jesus Braz solicitou o seguinte
esclarecimento:
"Quando estive a ver os documentos, que nos enviaram, verifica-se aqui
comparativamente à alínea a) e alínea b) uma grande divergência, uma grande
disparidade de verbas isto com certeza terá a ver com o número de alunos, com os
número de horas, com essas coisas todas, eu gostava de ouvir da parte do Executivo, do
Senhor Presidente ou da Senhora Vereadora, porque nós conhecíamos já o trabalho e
conhecemos o trabalho desta Associação "Cantar Nosso" que desenvolve um trabalho
muito meritório no âmbito da educação musical, de atividades, etc mas que o valor é
muito abaixo, é consideravelmente inferior à da outra Associação "Tempos Brilhantes"
das AEC's também, eu gostava que fosse feita uma consideração explicativa."
Esclareceu o Senhor Presidente da Câmara:
"Em relação à alínea a) e alínea b) conforme foi considerado embora não tínhamos
ainda em discussão a alínea b) isto é estarmos comparar uma coisa com outra que não
é comparável e portanto só para dizer que aquilo que é a prestação de serviços por parte
da Associação Cultural "Cantar Nosso" está só cingida a atividades de expressão
dramática e musical, este protocolo que está aqui firmado. Em relação à questão da
Associação "Tempos Brilhantes" é um projeto que nós estamos a desenvolver que vai
muito além daquilo que é a questão básica não só das atividades extra curriculares como
também das AAAF, Atividades de Animação e Apoio à Família, sendo diferente o



número de pessoal, número de atividade, aquilo que é o âmbito também da atividade a divergência de valores tem a ver com o número de horas e tem a ver logicamente com aquilo que é o âmbito de cada uma das associações que estão a trabalhar connosco, daí a divergência de valores." --------O Senhor Presidente da Assembleia colocou a alínea a) à votação tendo a mesma sido Aprovada por unanimidade. --------b) ATB - Associação Tempos Brilhantes no âmbito das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF); -------Concedida a palavra a Eleita da Coligação "Chamusca é o Meu Partido" Silvina Maria Frias Fernandes, referiu: -------- "Em relação a este ponto, esta alínea, e tendo em conta que fizeram incidir as propostas do partidos presentes muito me entristece que não tenha sido tido em conta uma das nossas propostas que tem a ver precisamente com o prolongamento de horário, eu penso que os alunos são acompanhados no pré-escolar até às dezoito horas o que para mim também é insuficiente e para grande parte da população também porque nem toda a gente tem família, nem toda a gente é de cá, nem toda a gente tem um horário que permite às seis horas sair de Torres Novas, Entroncamento e estar aqui às seis para ir buscar os seus filhos, os seus educandos. Portanto entristece-me um bocadinho que a partir do pré, estou a falar do primeiro ciclo, esse acompanhamento não seja feito às crianças, portanto as crianças não têm a partir das cinco e meia, têm as AEC's, portanto era uma das nossas propostas e por acaso tenho pena que não tenha sido incluída porque realmente é uma das deficiências a nível do Concelho. É simples qualquer concelho de perto tem esse prolongamento, essas atividades de animação de apoio à família é fazível





as AEC's e de seguida este prolongamento de horário precisamente para dar tempo às
famílias, penso que as crianças sentem-se um bocadinho perdidas e as AEC'S claro que
sim que é a componente concordo plenamente com elas e a forma como está e eu
aproveito e falo também já da alínea seguinte, acho que sim que as AEC's como estão a
ser desenvolvidas têm grandes potencialidades embora pelo que se tem visto nos últimos
dias, na semana passada, algumas falhas mas isso são arestas que terão que ser limadas
não é? Mas de facto acho que a nível do primeiro ciclo não está a ser dado o
acompanhamento pós as AEC's e isso deve ser um projeto a ter em conta e gostaria que
se debruçassem um bocadinho mais sobre esse assunto."
Pela CDU, Maria Manuela Luz Marques proferiu:
"Eu queria falar mesmo só em relação à cláusula terceira ao ponto um que a certa
altura diz que "comparticipar financeiramente as atividades no valor global estimado
de e uma verba de três mil euros destinados a garantir possíveis substituições das
educadoras titulares de grupo valor doze euros horas/substituição. Eu só queria um
esclarecimento sobre esta substituição das educadoras, eu sei o que é mas acho que o
ponto é pouco claro porque as educadoras não são substituídas a animadora ficará com
os meninos inscritos nesta componente durante um período das nove às dezoito, não
substitui a educadora mas faz a componente só com os alunos inscritos, portanto quem
lê isto e não percebe, não é da escola, não é da educação pensa que todos os alunos
daquele jardim no dia que a educadora falta ficam com o animador o que não é
verdade."
Cedida a palavra a Senhora Vice-presidente passou a clarificar o assunto:
"Começo já pelo último que é de mais fácil resposta e é só mesmo um esclarecimento



portanto de facto e sendo uma necessidade manifestada pelos pais e também, até, pelo Agrupamento e tendo nós os técnicos disponíveis o que nós fazemos é das crianças que estão inscritas no prolongamento de horário e isto não se chama prolongamento de horário chama-se atividade de animação e apoio à família, nós é que conhecemos isto como prolongamento de horário tendo esta valência e reforço com manifesta necessidade dos pais e também em acordo com o agrupamento quando há uma educadora que falta nós possibilitamos efetivamente que continue a haver o acompanhamento das crianças por todo o período portanto a substituir o período letivo. --Relativamente à outra questão se calhar é uma questão que eu acho enquanto licenciada também em psicologia que neste momento e estando nós a apregoar aqui uma série de coisas, estando nós a trabalhar uma série de competências que sãos as competências dos alunos do século vinte e um, sabendo nós cientificamente a importância que tem o tempo que as crianças passam com a família. Neste momento, nós, educação da Câmara não nos sentimos confortáveis para ainda promover tempo após as dezassete e trinta dezoito horas, é uma questão que não sendo confortável para nós em termos de gestão municipal e com a qual nós não concordamos, terá que ser discutida e aqui colocaria a CPCJ na discussão e até o próprio agrupamento e sinceramente é assim duvido que alguma destas entidades vá estar de acordo com mais um prolongamento de horário para além das dezassete e trinta/dezoito horas. Incluiremos também como é óbvio as associações de pais nesta discussão mas sinceramente em prol do desenvolvimento das crianças não me parece que isso seja uma solução adequada." ------

--Pedindo novamente para intervir, Silvina Maria Frias Fernandes da Coligação





"Chamusca é o Meu Partido" aludiu:
"Eu penso que não percebeu a minha proposta, portanto não se trata de estar mais
tempo com a família com certeza que o que está em causa aqui é porque precisamente a
família não pode estar mais tempo com ela não é? Há casos e cada caso é um caso,
concordo plenamente e sei de casos em que há abusos de facto não está isso em causa.
Claro que aí teria que haver, claro que sim, uma intervenção CPCJ, associação de pais,
como queira, acho muito bem mas aqui a ideia é precisamente apoio à família que
efetivamente não tem um horário laboral ou não pode, sejam quais forem os motivos,
estar às cinco e meia. Para evitar o quê? Como é o meu caso e falo pessoalmente ter que
andar a pedir autorização para deixar o meu filho mais cedo ou ir buscar o meu filho
mais tarde porque efetivamente não tenho, infelizmente, família conto com a boa
vontade dos meus vizinhos, amigos e penso que isso não é caso único, estou a falar
pessoalmente mas são situações, vocês com certeza que tem conhecimento disso, que há
muitos casos aqui e até mesmo pessoas que tem família se calhar há pessoas e vocês
sabem que é preciso ir um autocarro lá em cima, portanto seriam situações a evitar." –
Usando da palavra Maria Manuel Luz Marques, CDU, disse:
"Concordo em absoluto pelo que foi dito pela Vereadora e pelo Presidente é uma
competência da sociedade civil, as crianças não podem passar nem o tempo que passam
neste momento, quanto mais ainda mais uma ou duas horas porque as seis nem sequer
serviam seria até as sete no mesmo ambiente. Temos que compreender que as famílias
têm essa necessidade mas tem que procurar respostas que não passem pela escola, pelo
físico da escola e por mais do mesmo. Eu percebo perfeitamente as preocupações dos
pais que não moram aqui e têm esse problema mas através das associações de pais,



através das Juntas de Freguesia, através da comunidade local tem que arranjar outras
respostas que tirem as crianças da escola porque já passam tempo a mais que não pode
ser e eu sei que o outro tempo pode não ser exatamente com a família mas não pode ser
na escola. E agora é mais a professora que fala do que a Eleita."
O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação tendo o mesmo sido
Aprovado por maioria com uma abstenção da Eleita Maria Silvina Frias Fernandes
c) ATB – Associação Tempos Brilhantes no âmbito das Atividades de Enriquecimento
Curricular (AEC);
Usando da palavra Maria Manuela Luz Marques, CDU, questionou:
"É, também, uma questão que tem a ver com os termos que são empregues no próprio
protocolo nomeadamente no enquadramento alínea c) e i) em que se fala em
desenvolvimento de aulas, no sumariar aulas. As atividades de enriquecimento
curricular não podem ser vistas como aulas mas sim exatamente como atividades é uma
questão do termo que é empregue porque não se pode confundir este tempo de
enriquecimento do currículo com uma aula."
Passou-se de imediato à votação da referida alínea tendo a mesma sido <b>Aprovada</b> por
unanimidade
6 – Contratos Interadministrativos – Campos de Férias – Apreciação e votação:
O Senhor Presidente da Assembleia pediu ao Senhor Presidente da Câmara que
explanasse o assunto, assim:
"Em relação àquilo que tem a ver com contratos interadministrativos com as juntas de
freguesia nós enquanto Município e enquanto Executivo consideramos que devia ser
feita a distribuição, por assim dizer, de campo de férias entre todas as freguesias de uma





forma muito equitativa e portanto o que foi proposto às juntas de freguesias foram
condições em que nós enquanto Executivo da Câmara Municipal atribuímos às juntas
de freguesia se concordarem com as condições que logicamente nós enquanto Executivo
colocamos às juntas de freguesia para serem mentoras também destes campos de férias,
nomeadamente os períodos em que terão que ser efetuados, nomeadamente Natal,
Páscoa e verão. Considerámos também a questão do número de crianças, considerámos
as faixas etárias e portanto das juntas de freguesia que consideraram também há aque
duas ou três questões que por erro de cálculo não foi considerado, embora algumas
também tinham sido consideradas em alta e não tinham o número de crianças
suficientes, quer dizer que o número que está estipulado em cada um dos contratos tem
a ver com o número e valor máximo atribuído para já daquilo que foi a consideração de
cada uma da juntas para o campo de férias de Natal do ano de 2017. E portanto Senhor
Presidente a consideração que eu colocava realmente neste contrato a delegação nas
juntas dos campos de férias."
a) Freguesia de Carregueira;
Usando da palavra Rui Miguel Azevedo Martinho, Coligação "Chamusca é o Meu
Partido" mencionou:
"Eu não queria intervir concretamente sobre o ponto a) era sobre todos os contratos
interadministrativos e todos os acordos de execução que serão submetidos a esta
Assembleia, queria fazer uma declaração que é a seguinte:
"Eu vou votar favoravelmente todos os contratos Interadministrativos e todos os
acordos de execução celebrados entre o Município da Chamusca e qualquer Junta de
Freguesia ou União de Freguesias porque considero como é óbvio que é benéfico para



as populações das respetivas freguesias. Voto favoravelmente todos os acordos todos os
contratos independentemente de serem da minha cor política ou não."
O Senhor Presidente da Assembleia colocou o Contrato Interadministrativo entre o
Município e a Junta de Freguesia da Carregueira à votação tendo sido Aprovado por
unanimidade
b) União de Freguesias de Chamusca e Pinheiro Grande;
$-\dot{A}$ semelhança do anterior também este Contrato Interadministrativo foi votado e
Aprovado por unanimidade
c) União de Freguesias de Parreira e Chouto;
Votado e Aprovado por unanimidade o supramencionado Contrato Interadministrativo.
7 – Acordos de Execução – Análise e Aprovação:
O Senhor Presidente da Câmara Municipal descreveu:
"O que o Município da Chamusca enquanto Câmara Municipal nós temos vindo a
definir e o que foi já prática daquilo que é imposto, também, pela Lei 75/2013 portanto
nós vamos delegar nas Juntas de Freguesia tudo aquilo que são competências do
Município nas Juntas, nomeadamente a questão da gestão e do assegurar a manutenção
dos espaços verdes, a questão do assegurar a limpeza de vias e espaços públicos, sarjetas
e simidores, a questão do manter, separar e substituir mobiliário urbano instalado em
espaço público com exceção daquele que seja concessionado, a questão do assegurar a
realização de pequenas reparações em estabelecimentos de educação pré-escolar e do
primeiro ciclo do ensino básico e também a questão de promover a manutenção dos
espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré escolares e primeiro ciclo do
ensino básico. De referir que há aqui neste documento uma exceção que tem a ver com





(S: 22.12.2017)

a União de Freguesias de Chamusca e Pinheiro Grande, neste momento em relação àquilo que é o PERSU que é o Plano Estratégico para questão dos resíduos sólidos e urbanos até 2020 nós temos não no Concelho da Chamusca mas a nível nacional um problema para resolver que tem a ver com a questão da recolha seletiva. Nós enquanto Resitejo, sistema que está a gerir os resíduos sólidos urbanos, vamos avançar com um projeto piloto de recolha porta a porta, o que diz nomeadamente nas recomendações da ERSAR é que temos várias metas a atingir até 2020, 2025 e 2030 que diz que a recolha indiferenciada ou seja aquilo que o cidadão comum vai meter dentro dos contentores do lixo tem que ser cada vez mais triado dentro de casa, que é aquilo que se chama hoje em dia as economias circulares que temos que reduzir cada vez mais aquilo que são os resíduos produzidos por nós em casa. -------Há uma coisa também que cada vez mais vimos em nós enquanto Municípios e enquanto sistemas gestores seja de águas, seja de saneamento, seja de resíduos sólidos urbanos que é uma coisa que se chama payt, o payt é uma coisa que é o payt exit rules que é a questão da relação utilizador pagador. Cada vez mais a ERSAR está a apertar os Municípios e nós enquanto Município que não temos vindo a aplicar a cem por cento todas as taxas a que estamos obrigados até ao ano 2019, nomeadamente na gestão de resíduos sólidos urbanos e a questão nomeadamente da recolha de fossas céticas vamos ter que dar aqui um passo gigante agora, porque como eu referi há bocado, andamos três passos para trás para agora ter que dar dez para a frente e a questão mais complicada vai ser exatamente essa. Nós não querendo logicamente saltar aqui passo nenhum neste momento e considerando também o nível de maturidade do nosso Concelho consideramos que devemos ter neste momento um projeto piloto em que a



recolha a porta a porta, pelo menos, na Freguesia da Chamusca e Pinheiro Grande, uma mais urbana outra mais rural pode ser um exemplo não para o País mas para a Região e para o nosso sistema. É logico que dentro das competências que a Resitejo inclusivamente enquanto unidade gestora vai creditar a nível de fundos comunitários com a aquisição de viaturas elétricas, com a questão desta recolha diferenciada de porta a porta, com a questão da formação porta a porta e cada um de vós vai ter com certeza um ou dois técnicos a explicar como é que o sistema vai funcionar nós consideramos também que temos que fazer à priori um trabalho que é essencial que tem a ver com a limpeza urbana e portanto para avançarmos com o projeto piloto temos que assegurar pelo menos durante seis meses que é essencial garantir que a limpeza urbana funciona porque o sistema que faça depois a recolha porta a porta tem que assumir também a responsabilidade de que a limpeza urbana funciona e porque temos cães, temos gatos, temos gente um bocado descabeçada e que nós logicamente com os horários que vão ser definidos e se colocarmos o nosso saco do lixo à porta vamos ter problemas para resolver, nada como logicamente também que o mesmo sistema seja responsável pela recolha mas também pela limpeza. --------Daí que a questão da Chamusca/Pinheiro Grande não tenha ficado incluída neste acordo de execução porque a partir do dia um de janeiro não tendo chegado a acordo com a União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande tinha sido proposto também à União de Freguesias cumprindo aquilo que é o disposto para a limpeza urbana para o Pinheiro Grande e portanto não tendo também aceite, o Senhor Presidente, a questão do acordo de execução nestes termos que ficasse o Município da Chamusca sendo uma competência própria responsável por atribuir a questão da limpeza urbana. ------





-- Temos a questão, também, dos espaços verdes uma questão que nós firmamos também com as Juntas de Freguesia e que as juntas que tivessem capacidade quer de meios quer de pessoal para fazer a manutenção dos espaços verdes municipais, quer dizer propriedade do Município e não das juntas, que apresentassem uma proposta para com meios próprios fazer esta manutenção e portanto da parte da União de freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande também não foi apresentada proposta uma vez que era um trabalho subcontratado assumindo, neste caso também, o Município a manutenção dos espaços verdes por contratação direta e por administração direta naqueles que nós conseguirmos com pessoal próprio da Câmara. -------Em relação à manutenção das salas de aula nos estabelecimentos de ensino do JI e EB1 também à exceção da Chamusca e do Pinheiro grande, até porque estamos em obras neste momento do nosso Centro Escolar e portanto não havendo manutenções nos modos que são da responsabilidade de manutenção da empresa contratada para os módulos instalados quer na escola sede quer no Coelhinho, portanto no próximo ano não vai haver a necessidade da junta de freguesia nos módulos nem do jardim-deinfância nem da parte da EB1 o que quer dizer que ficando aqui a União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande com a competência de uma única sala no Pinheiro Grande no jardim-de-infância e da limpeza urbana o Senhor Presidente declinou a questão da delegação de competência e nós logicamente fizemos a competência própria da Câmara, não forçamos e asseguramos logicamente aquilo que é uma competência própria da Câmara e não da Junta de Freguesia." --------Pedindo a palavra Fernando Manuel Duarte Garrido, Coligação Mais e Melhor, disse:--- "Senhor Presidente se me dá licença já ouvi tanta vez hoje aqui passos à frente e passos



atrás e se me permite perifraseando o Senhor nos passos à frente e nos passos atrás acho que o Senhor não está a dar um passo à frente estar a dar quarenta passos à frente, o que é que eu quero dizer com isto? O Senhor já não está aqui há três anos já vai para o quinto ano o Senhor conhece bem a população da Chamusca ou seja nós somos uma população rural, quer queiramos quer não, ou seja e quem conhece os lixos e quem conhece o que é que é posto nos nossos lixos sabe exatamente do que é que eu estou a falar. Estamos a falar em pneus, estamos a falar em latas, estamos a falar em paus, estamos a falar em restos alimentares, estamos a falar em lixo dos coelhos, estamos a falar tudo e mais alguma coisa, em óleo, estamos a falar em tudo, neste momento o Senhor está a dar vinte passos porque ainda não nos falou nem disse quando é que vai implementar o eco centro aqui em baixo porque este seu projeto que é muito bonito e já anda há três anos, salvo erro, ou quatro atrás é um projeto viável no centro e o futuro passa por isso. Congratulo-me com a sua preocupação ambiental e com todas essas obrigações que nós temos mas de qualquer modo é só para lhe recordar que já há bocado me pisou os calos dos dez passos à frente o Senhor agora andou cem porque ainda não tem condições para as pessoas lá irem pôr o lixo." -------Pedindo para intervir Rui Miguel Azevedo Martinho, Coligação Chamusca é o meu Partido, citou: ------- "Para dizer a esta Assembleia, tal como tentei dizer há bocadinho, que não há acordo de execução não é verdade não é nada por haver mútuo entendimento o Senhor Presidente da Câmara disse agora por mais do que uma vez que eu recusei, que não aceitei, não é verdade, a verdade do Senhor Presidente não é diferente da minha, ou é diferente da minha mas não devia ser. Na reunião que nós tivemos que está no





documento do orçamento na página onze e seguintes está lá explicado o que é que se passou, eu quero resumir que o que se passou lá foi pelo que me foi dito entre outras coisas que é da competência da Câmara e a Câmara delegava o que quisesse a quem quisesse, delegava as competências que entendesse às juntas que entendesse e entendia pura e simplesmente não delegar na União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande, foi dito lá. Entre outras conversas nessa reunião no dia quatro de dezembro, dia quatro deste mês, foram abordadas várias situações e a última pergunta que eu fiz ao Senhor Presidente da Câmara nessa reunião foi como é que ficava a questão da limpeza urbana do Pinheiro Grande portanto o Senhor Presidente quando acaba de dizer que eu não aceitei, Senhor Presidente, a última palavra que nós tivemos nessa reunião que eu me lembro de me levantar e perguntar ao Senhor Presidente como é que ficava a questão da limpeza urbana do Pinheiro Grande e a resposta foi muito simples e muito clara "é pá deixa-me pensar que eu depois digo-te" foi assim, portanto não houve nada de mútuo entendimento para não haver acordo de execução. -------Senhor Presidente foi textualmente assim e Senhor Presidente quando eu sai perguntei-lhe como é que era e o Senhor Presidente disse "deixa-me pensar". A prova que foi assim, a prova de que foi assim, por mais reações corporativas que agora venham a existir aqui nesta sala que eu compreendo mas não aceito, a prova que foi assim foi que eu passado dois ou três dias precisava de elaborar o orçamento da União de Freguesias e não tinha esse dado que era importante para elaborar o orçamento como e óbvio, telefonei ao Senhor Engenheiro Rui Ferreira, Senhor Vereador, não ird certamente desmentir-me. Vou só deixar que acabem de conferenciar para depois



--Portanto eu passados dois ou três dias quando estava com a necessidade premente de elaborar o orçamento telefonei ao Senhor Engenheiro Rui Ferreira, telefonei, telefonei ao Senhor Engenheiro Rui Ferreira para saber como é que era a questão da limpeza urbana do Pinheiro Grande, se era delegada na União de Freguesias ou não que o Senhor Presidente ia pensar no fim da reunião disse-me que ia pensar, independentemente do que se passou na reunião eu acho que o que interessa e a última versão que foi que ia pensar, não pode desmentir isto Senhor Presidente, não pode. Continuando telefonei para fazer o orçamento e estou-me a repetir telefonei ao Senhor Engenheiro Rui Ferreira para saber como é que ficava a questão da limpeza urbana no Pinheiro Grande o Senhor Engenheiro disse-me, na altura havia algum prurido em falar na RESITEJO não sei porquê, toda a gente já sabia que era a RESITEJO se calhar desde a altura das eleições já se sabia que era a RESITEJO, o senhor Engenheiro Rui Ferreira não me vai desmentir isto de certeza também disse a empresa tem interesse em fazer uma intervenção numa freguesia urbana que era a Chamusca e numa freguesia rural que era o caso do Pinheiro Grande, foi assim que se passou não houve nada mútuo entendimento o que está na Ordem de Trabalhos não corresponde à verdade, este ponto não está correto, eu quero que isto fique registado em ata para memória futura porque como é óbvio o Município não está a atribuir a equidade às cinco Freguesias ou Uniões de Freguesia do Concelho da Chamusca. E eu como Eleito tenho pena, algumas pessoas não gostaram, mas estou aqui a defender a minha população e a população votou em mim e o Município única e simplesmente, não é cá projetos pilotos do 2020 não é nada disso é só porque a União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande é do contra, foi a única que passou, foi isso mais nada, qualquer pessoa com dez anos ou mais





apercebe-se é só saírem à rua e falarem com as pessoas, portanto eu compreendo que a
União de Freguesias seja uma grande espinha atravessada no Senhor Presidente da
Câmara, compreendo perfeitamente é legítimo que quisesse ter a sede do Concelho e o
Pinheiro Grande, é legítimo, só que esta espinha está a engrossar está mais grossa do
que há quatro anos e se calhar vai engrossando mas isso aí quem viver verá e cá estiver
poderá confirmar ou não, às vezes os tiros saem pela culatra. Portanto o que está aqui
não é verdade."
Tomando a palavra o Senhor Presidente da Câmara referiu:
"Daquilo que é defesa da honra é uma questão que é consciência e portanto estiveram
várias pessoas presentes nesta reunião nomeadamente os Senhores Presidentes de Junta
e portanto é só o que tenho a dizer fica com quem pratica os seus atos, muito me
entristece logicamente que haja pessoas que tenham atitudes como tem."
Intervindo Bruno Miguel Marques de Oliveira, PS, mencionou:
"Eu relativamente aos telefonemas e às questões telefónicas que o Senhor Presidente
Rui Martinho teve desconheço mas relativamente à reunião teve mais Presidentes de
Junta só se esteve noutra reunião certamente o Senhor Presidente da União de
Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande mas eu lembro-me muito bem que o caso
do Pinheiro Grande foi posto em causa, até sei dizer qual é que foi o valor foi cerca de
treze mil euros que tinha sido proposto e foi linearmente rejeitado, ele disse qual coisa
"então façam" para o Presidente da Câmara. Eu estive nessa reunião como certamente
os meus colegas tiveram e eu ouvi o discurso que teve, sinceramente não compreendi a
razão estive que estar a fazer aqui alguma diferença entre Freguesias entre a Chamusca
e o Pinheiro Grande surpreendeu-me sinceramente bastante porque compreendo a parte



do Município defender e optar, no caso da Chamusca, optar por fazer a limpeza urbana e a condição de fazer na Chamusca mas deu a possibilidade ao Presidente de Junta de fazer no Pinheiro Grande o acordo de execução. Foi uma opção e eu estive nessa reunião posso confirmar que foi rejeitado pelo Presidente." --------Nuno Jorge Lino Mira, PS, citou: -------- "Em relação a este acordo de execução quando se diz que a equidade em relação às outras Juntas de Freguesia por parte do Município não é cumprida porque há aqui uma questão de cores políticas eu quero relembrar o Senhor Presidente da União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande, até porque fui eleito da Assembleia de Freguesia da Chamusca e Pinheiro Grande, que ao longo destes quatro anos a limpeza da Chamusca e do Pinheiro Grande foi sempre uma vergonha, uma completa vergonha ao longo destes quatro anos e foi admitido várias vezes pelo Presidente de Junta nas Assembleias de Freguesia que a limpeza da Chamusca não estava a correr bem e que não tinha capacidade para corresponder àquilo que era a expectativa dos Munícipes e dos Fregueses da Chamusca e do Pinheiro Grande. Dizer também que foi proposto várias vezes por mim, enquanto Eleito, foi proposto não foi perguntado várias vezes, questionado várias vezes ao Presidente de Junta o porquê de não denunciar o acordo de execução porque o Presidente de Junta insistiu várias vezes que o acordo de execução não era cumprido por parte do Município. Porque a limpeza não era efetivamente cumprida e que a culpa seria dos funcionários que estavam de baixa e que o Município não lhes entregaria mais funcionários, eu não percebo qual é o espanto do Senhor Presidente por não ver este acordo de execução ser celebrado novamente quando as pessoas e a população da Chamusca querem á a Chamusca limpa e não lhe interessa





quem é que a limpa e de quem é que é a responsabilidade, se é da Câmara Municipal, se
é da Assembleia de Freguesia ou se é de uma empresa subcontratada, as pessoas querem
a Chamusca limpa, a Chamusca e o Pinheiro Grande e isto nunca aconteceu ao longo
destes quatro anos portanto não compreendo a indignação do Senhor Presidente de
Junța."
De novo Rui Miguel Azevedo Martinho, Coligação Chamusca é o Meu Partido, entreviu
dizendo:
"Começando pelo fim quero dizer ao Senhor Deputado Municipal Dr. Nuno Mira que
se não se lembra devia lembrar-se que a União de Freguesias no anterior mandato
denunciou o acordo de execução, pronto, denunciou toda a gente sabe está em mails
respostas, na altura, na altura, do Senhor Chefe de Gabinete, não se recorda
possivelmente, mas a memória é fácil de avivar quando mails estão escritos não há
reação corporativa que o valha, a demover e a comprometer-se que futuramente
passariam os meios humanos que estavam no acordo de execução que nunca foram
cumpridos, nós acreditamos
Ó Senhor Engenheiro não esteja a dizer que não porque foi verdade está escrito, está
em mails, não mas é que estão em mails Senhor Presidente portanto isto está a atingir
proporções realmente"
Neste momento o Senhor Presidente da Assembleia interrompe e adverte o Eleito de que
deve falar para a mesa, prosseguindo o Eleito:
"Peço desculpa é porque isto quem não se sente não é filho de boa gente, não é? E uma
pessoa estar aqui a ser desmentida é muito complicado, o facto do Deputado Nuno Mira
achar que a limpeza urbana na Chamusca está uma vergonha não passa da opinião dele



porque ainda há pouco tempo, há cerca de dois meses tivemos eleições, para tratar dessas e de outras coisas e o povo contrariamente à vontade de alguns, mas aí paciência, reiterou mais uma vez na União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande aquilo que na boa-fé da população seria a manutenção da limpeza urbana por parte da sua União de Freguesias. Portanto o que o Município está a fazer não passa daquilo que eu disse há bocadinho e reitero as vezes que forem necessárias e nas sedes que forem também necessárias convocar para o efeito sem problema nenhum. -------Em relação ao que o Senhor Presidente disse não é verdade Senhor Presidente a última palavra que nós tivemos nessa reunião do dia quatro de dezembro, o Senhor Presidente recorda-se tão bem como eu, foi eu levantei-me, ficaram todos a conversar, eu levanteime porque ia para o hospital de Santarém porque a minha mãe tinha sido hospitalizada o senhor Presidente desejou-me as melhoras dela e eu perguntei-lhe, ó pá obrigado, como é que fica o Pinheiro Grande deixa-me pensar foi assim que eu saí daquela sala ali, foi assim independentemente do que ocorreu durante a conversa foi assim e o Senhor Engenheiro Rui Ferreira caso o Senhor Presidente da Câmara autorize gostava que se pronunciasse sobre se houve ou não telefonema a confirmar por telefone, dois ou três dias depois da reunião, que afinal não ficávamos porque a tal empresa, nunca referindo a Resitejo, queria ter uma freguesia rural também para fazer o tal projeto, foi assim e nada mais do que isto." --------Celina Raquel Bacalhau de Moura, PS, citou: ------- "Antes de mais quero esclarecer que o acordo de execução é a delegação de competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia não é a competência de delegação nem transferência de meios humanos para a Junta de Freguesia, a Câmara





Municipal não tem que ceder funcionários para fazer a competência assim fica a
Câmara com essa competência para ela não faz qualquer sentido estarmos a celebrar
um acordo em que os funcionários são da Câmara Municipal e mais no caso da União
de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande até estava contratada uma empresa para
fazer estes trabalhos. Portanto não faz qualquer sentido a Câmara Municipal estar a
celebrar um acordo de execução a transferir competências que lhe são próprias para
não ser a Junta de Freguesia a efetuá-las
Quero também acrescentar que o Senhor Presidente da União de Freguesias com
certeza que sabe como é que se faz a denúncia de um acordo de execução penso que
através de email não será a forma correta para fazer a denúncia se que ela a houve.
Quero também lamentar o Presidente ser apenas Presidente da União de Freguesias da
Chamusca e esquecer-se do Pinheiro Grande."
Retomando a palavra Nuno Jorge lino Mira, PS, disse:
"Eu acho estanha a intervenção do Senhor Presidente quando afirma que afinal a
limpeza urbana sempre correu porque nas atas das Assembleias de Freguesia é
perfeitamente visível o próprio a afirmar que afinal que as coisas não correram bem e
que estavam a correr mal desde atas de 2015 até 2017 onde é perguntado mais uma vez
por mim e passo a citar:- O Eleito Nuno Mira voltou a colocar a questão do porquê de
não denunciar acordo de execução e o Senhor Presidente de Junta responde " o
Presidente de Junta considera ser um jogo político sujo pelo que pretende informar a
população da forma forma que considerar mais conveniente" isto está em ata agora não
me venha dizer que acha que sempre correu bem e porque a população da Chamusca
não votou em si para ter um acordo de execução para realizar a limpeza urbana da



Chamusca e do Pinheiro Grande acho que não faz qualquer sentido essa afirmação." -
Pelo PS, José Lourenço Vieira Trindade pediu a palavra e disse:
"A minha intervenção é só unicamente, não é para defender ninguém, unicamente
para repor a verdade na reunião também estive presente o Deputado Dr. Rui Martinho
disse e afirmou que já que não ficava com o acordo de execução e com o contrato
Interadministrativo da Chamusca também não estar interessado em ficar com o Pinheiro
Grande, portanto foi esta verdade nada mais."
Intervindo de novo Rui Miguel Azevedo Martinho, Coligação Chamusca é o Meu Partido,
mencionou:
"Eu volto a dizer e direi até à exaustão que a reunião do dia quatro teve vários avanços
e recuos o que interessa, penso eu, é o último ponto da situação dessa reunião foi quando
o Senhor Presidente me disse que ia pensar sobre o assunto, não interessa o que é que
se passou antes, numa negociação há avanços e recuos o que interessa foi o que ficou
estabelecido quando eu saí aquela porta foi o Senhor Presidente ir pensar e informar-
me do que é que tinha decidido ou o que é que iria decidir. Como o Senhor Presidente
não fez isso eu tomei a liberdade por necessidade de executar o orçamento, elaborar o
orçamento como disse anteriormente, de ligar ao Senhor Vereador Rui Ferreira, que
tem o pelouro das freguesias, e ainda não consegui ouvir o Engenheiro Rui Ferreira a
desmentir isto que foi ele dois ou três dias depois que me deu conhecimento que afinal a
União de Freguesias ia ficar sem a limpeza urbana do Pinheiro, eu gostava de ouvir
isto."
O Sanhor Presidente da Assembleia dirigindo-se ao Fleito Rui Martinho aludiu:





"É a terceira vez que me está a dizer isso mas eu como disse a primeira vez eu dei d
palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal aonde ele disse que disse, que nó
todos ouvimos, que era sobre isso que não ia falar mais mas como está pertinente es
como Presidente da Assembleia terei sempre que passar a palavra ao Senhor Presidente
da Câmara que depois decidirá e é aquilo que vou fazer: - Senhor Presidente quer usa
da palavra ou dar a palavra?
Respondeu o Senhor Presidente da Câmara:
"Senhor Presidente dizer que em relação a este assunto nada mais tenho a referir."
a) Freguesia de Carregueira;
Terminada a discussão o ponto 7 alínea a) foi votado e Aprovado por unanimidade
b) União de Freguesias de Parreira e Chouto;
Também a alínea b) do referido ponto foi votada e Aprovada por unanimidade
c) Freguesia de Ulme;
À semelhança das anteriores foi a alínea c) do ponto 7 Aprovada por unanimidade
d) Freguesia de Vale de Cavalos;
Também a alínea d) do mencionado ponto foi votada e Aprovada por unanimidade
e) Acordo de Execução com a União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande
por mútuo entendimento a não celebração de novo e proceder à resolução do existente;
Esta alínea foi votada e Aprovada por maioria com doze votos a favor, quatro votos
contra da Coligação Chamusca é o Meu Partido e quatro abstenções da bancada da CDU.
Fernando Manuel Duarte Garrido, Coligação Chamusca é o Meu Partido, apresentou a
seguinte Declaração de Voto:
"Senhor Presidente tirando este mau momento o que nos interessa efetivamente é o



bem do nosso Concelho isto do diz que disse não leva a lado nenhum quero dizer que votei contra porque este ponto resulta da lei e de qualquer modo pelo que se verificou está mal descrito, ou seja não foi unilateral, nesse caso que aqui está, não foi por mútuo acordo foi unilateral. Gostava que isto fosse retirado porque foi aqui dito várias vezes que foi o Senhor Presidente e os Senhores da Bancada do Partido Socialista disseram muito bem nós fazemos o que queremos e isto que aqui está é nós fazermos o que queremos, não é por mútuo acordo. Senhor Presidente tenha cuidado reveja isto porque o Senhor ouviu o quem nós ouvimos e o que aqui está mal, daí o meu voto contra." -------Nuno Jorge Lino Mira, PS, referiu: ------- "Só dizer que ninguém da Bancada do Partido Socialista disse que nós fazemos o que queremos no entanto respeitamos o voto do PSD e do CDS." -------José Joaquim de Jesus Braz, apresentou pela bancada da CDU, a seguinte **Declaração** de Voto: ------- "Senhor Presidente nós tínhamos decidido que não intervinhamos nesta situação mas em fase do que se passou aqui nós fazemos uma declaração de voto para ressalvar a situação o nosso entendimento seria que este ponto, mas agora já não é, fosse suspenso ou seja voltasse a conversado entre o Executivo e a União da Juntas da Chamusca e Pinheiro, isto é uma posição construtiva, se houvesse possibilidade de se entenderem até porque o projeto possivelmente é capaz de passar pela educação/formação, a Junta de Freguesia teria aqui um papel importante a desempenhar na coordenação desta situação ou seja por isso é que nós nos abstivemos. É de tal forma confuso aquilo que se passou aqui hoje que nós é abstenção, de qualquer forma se houvesse boa vontade de ambas as partes, se calhar se as pessoas negociassem chegassem a um entendimento, mas pronto



457

fica a nossa declaração de voto."
Maria Manuela Luz Marques, CDU, disse:
"Senhor Presidente se me permite o ponto sete diz exatamente acordos de execução -
análise e aprovação na alínea e) não há acordo para analisar nem para aprovar portanto
é um não assunto, também não sei porque é que ele aqui está porque não havendo acordo
Não posso analisar e muito menos aprovar uma coisa que não existe. Portanto eu não
sou jurista mas acho que os há por aqui que poderão ter uma opinião mais abalizada do
que esta mas eu não posso aprovar nem analisar o que não existe."
Comentou o Senhor Presidente da Assembleia que: "A Senhora Deputada aprovou e
analisou o problema passa e respondendo à vossa bancada neste caso tudo isso teria sido
muito mais fácil para esta Mesa da Assembleia antes do ponto ir a votação ter a
consideração e apresentar para que se pudesse votar uma nova alteração ao texto, nada
disso foi feito levei-o à aprovação da qual teve o resultado que todos nós sabemos."
A Eleita Maria Manuela Luz Marques, CDU, fez a seguinte declaração de voto:
"O Senhor Presidente tem toda a razão mas quando o Senhor Dr. Rui Martinho pediu
logo no início para intervir eu cá pensei que iria sair alguma coisa que fizesse prever a
suspensão do ponto, é evidente que nós ficamos sempre aqui um bocadinho na
expectativa disso acontecer. Agora realmente o ponto está votado nós votamos pela
abstenção mas realmente é um contra senso estar a aprovar uma coisa que não existe."
Celina Raquel Bacalhau de Moura, PS, interveio em jeito de resposta à Eleita Maria
Manuel Luz Marques:
"O que nós estivemos a tratar foi desta proposta e deveria estar na Ordem de Trabalhos
talvez proposta de não celebração de acordo de execução, talvez assim se tenha induzido



em erro mas de qualquer das formas penso que está explicito porque diz "por mútuo entendimento a não celebração de novo e proceder à resolução do existente" isto de jurídico não tem grande coisa é mais uma questão de interpretação." --------Prosseguindo os trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia pediu ao Senhor Presidente da Câmara que esclarece-se a situação dos Contratos Interadministrativos, transmitindo este último: -------- "Em relação a esta questão só para dizer e fazendo só uma consideração em relação à alínea e), portanto não me vou pronunciar em relação às outras. Em relação ao acordo de execução que está em vigor até ao final do ano ou seja aquele que foi celebrado também para o ano de 2017 não havendo entendimento em relação a esta questão e volto a frisar a questão do entendimento é uma competência própria do Município e portanto todas as competências que estão a ser delegadas em acordo de execução são competências próprias do Município e não das Juntas e entendendo o Município que as Juntas de Freguesia tem os meios e os recursos próprios para assumir esta competências que o Município poderá delegar, poderá não tem a obrigação, é que não é a mesma coisa, uma coisa era ter a obrigação de delegar as competências outra coisa é dentro do sistema da economicidade, dentro da questão da eficiência, dentro da questão daquilo que é o bom trabalho que a Juntas fazem dentro da proximidade onde os seus Presidentes estão presentes junto da população nós fazemos delegação das competências nas Juntas de Freguesia por acordo de execução. Outra questão completamente diferente tem a ver com aquilo que nós estamos aqui a expor dentro dos acordos de execução que estão em vigor aqueles que automaticamente se renovavam após as eleições teriam a vigência seguinte e portanto renovavam-se automaticamente. A questão que se está aqui a colocar



feet we

(S: 22.12.2017)

é nós fazermos novos acordos de execução com as Juntas de Freguesia com outras condições mais exigentes inclusive automaticamente anulam os acordos de execução que estavam automaticamente renovados após as eleições, a questão com a Junta não havendo este entendimento de renovação de acordo de execução e entendimento aqui passo a citar: - pode ser da Câmara Municipal unilateralmente, não tem que ser com a conivência da Junta porque a questão se uma das partes não achar que há acordo, acordo tem que haver duas partes Município/Junta, é assim não é? Para haver acordo tem que haver duas partes e portanto se a Câmara Municipal avançando com a questão da limpeza urbana, com a questão dos espaços verdes, com a questão da limpeza dos recintos escolares, etc, etc, não quiser acordo com a Junta de Freguesia portanto não existirá acordo o que quer dizer que o acordo que está neste momento em vigor que cessava após as eleições por um período, não me recordo, de trinta ou sessenta dias portanto não havendo novo acordo que cesse esse teremos que deliberar na alínea e) que vamos cessar o acordo no dia trinta e um. Portanto é tão simples como isto é a derivação da cessação do acordo de execução entre o Município e a União de Freguesias." -------8 – Contrato interadministrativo – AAAF (Atividades de Animação e Apoio à Família) - Freguesia de Carregueira - Análise e votação; -------O Senhor Presidente da Câmara passou a palavra à Senhora Vice-presidente que -- "Dentro daquilo que é o seguimento dos contratos interadministrativos e a logica dos mesmos nós assumimos neste momento em termos de AAAF, portanto nós estamos a assumir com concursos próprios as da Chamusca, as da Carregueira fazemos esta delegação de competência porque neste momento reúne condições a Junta para assumir



mais nenhuma Junta manifestou esse interesse e essas condições e todas as outras portanto com o protocolo que já foi aprovado anteriormente. Portanto aqui as AAAF da Carregueira funcionam por contrato Interadministrativo, aliás a proposta é que funciona por contrato Interadministrativo e com a Junta de Freguesia." --------Nada surgindo o ponto foi colocado à votação e Aprovado por unanimidade. -------9 - Contratos Interadministrativos - Universidades e Academias Séniores - Análise e votação; -------O Senhor Presidente solicitou esclarecimentos sobre o ponto supramencionado, referindo o Senhor Presidente da Câmara: ------- "Daquilo que foram também as propostas da parte do Município às Juntas de Freguesia, até porque consideramos que para além de uma competência própria do Município é também uma competência das Juntas de Freguesia mas consideramos que era importante definir aqui alguns critérios nomeadamente daquilo que é a equidade, daquilo quem é a representatividade dentro das várias Freguesias, daquilo que é a proximidade à população e portanto o Município da Chamusca e aqui a Câmara Municipal definimos um critério de atribuição de subsidiação também ao funcionamento das Academias Seniores e das Universidades Seniores. Penso que todos tiveram acesso à tabela nomeadamente nos critérios do que é a diferenciação do que é a Academia Sénior e Universidade Sénior, a Universidade Sénior com todas as responsabilidades que tem em relação à RUTIS com um valor ligeiramente superior àquilo que é a Academia Sénior. Fizemos também aqui com um critério de atribuição de valor dos alunos que estejam a frequentar e que tenham o seguro pago e por outro lado também fizemos mais um contributo ao funcionamento que não tem a ver com a questão





de pagamento a formadores mas tem a ver com a questão do pagamento daquilo que são
as despesas de logística e correntes para o funcionamento das Academias e
Universidades Seniores nomeadamente a luz, a água, o espaço, a manutenção, limpeza,
etc,etc, que é deà hora, portanto penso que toda a gente teve acesso."
a) Freguesia de Carregueira (Universidade Sénior);
b) União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande (Universidade Sénior);
c) União de Freguesias de Parreira e Chouto (Academia Sénior);
d) Freguesia de Vale de Cavalos (Academia Sénior);
Assim e nada surgindo foram as alíneas descritas votadas e Aprovadas por unanimidade.
10- Contratos Interadministrativos - Balcão do Municipio - Análise e Votação:
O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da
Câmara para que se pronunciasse sobre os Contratos Interadministrativos — Balcão
Único, deste modo:
"Daquilo que nós enquanto Executivo no anterior mandato fomos sentindo naquilo
que era um atendimento descentralizado, naquilo que nós vamos sentindo aqui todos os
dias em que há pequenos requerimentos ou há pequenos pedidos de licenciamento que
são muito fáceis de desenvolver e que obrigamos muitas vezes os nossos Munícipes e
Fregueses a fazer trinta quilómetros para vir cá duas ou três vezes para entregar um
requerimento, para vir pagar, para vir depois levantar a licença e portanto o que nós
propusemos a todas as Juntas de Freguesia foi que tivessem nos seus balcões da
Freguesia também um atendimento daquilo que são os serviços do Município para
requerimentos muito básicos. Vamos fazer isto muito faseadamente, nós vamos fazer
uma subsidiação, também, de quinhentos euros por mês às Juntas de Freguesia para



apoio administrativo àquilo que é o apoio ao balcão do Município que será feito com
pessoal da Junta de Freguesia mas que vai fazer com que os nossos Munícipes não
tenham que fazer tantas deslocações aqui ao nosso balcão único, à nossa tesouraria e
que se possam dirigir aos balcões das suas Juntas de Freguesia e possam fazer este tipo
de requerimentos, portanto é mais um serviço de proximidade à população e ao nosso
cidadão."
a) Freguesia de Carregueira;
b) União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande;
c) União de Freguesias de Parreira e Chouto;
d) Freguesia de Ulme;
e) Freguesia de Vale de Cavalos;
Apresentado o Ponto o Senhor Presidente da Assembleia colocou as respeitantes alíneas
à votação sendo que foram as mesmas Aprovadas por unanimidade
11 – Contratos Interadministrativos – Análise e votação;
De imediato com a solicitação do Senhor Presidente da Assembleia o Senhor Presidente
da Câmara passou a esclarecer:
"Dentro do mesmo espírito daquilo que é a administração direta conversando com as
várias Juntas de Freguesia dentro daquilo que são as disponibilidades dos meios e dos
recursos fizemos algumas propostas, aliás pedimos às Juntas de Freguesia que nos
fizessem propostas daquilo que são as manutenções permanentes, nomeadamente na
questão das bermas, na questão da limpeza dos terrenos que são Municipais, na questão
da limpeza das linhas de água e das ribeiras e portanto tendo muitas Juntas de Freguesia
equipamentos tratores, corta-matos, roçadoras que estão paradas a maior parte do ano



2017)

(S: 22.12.2017)

e sabendo nós que a maior parte das vezes temos que fazer a consulta a várias empresas e ganham normalmente empresas fora do Concelho. Este tipo de concursos não querendo entrar em concorrência direta coma s empresas mas tendo as Juntas de Freguesia os equipamentos e o pessoal fizemos o preço médio daquilo que tem sido a adjudicação a empresas de fora do Concelho que ganhem os concursos para este tipo de intervenção e o valor que aqui está linear e por metro quadrado está com base no último concurso que foi lançado o ano passado, portanto foi também o concurso que ganhou em relação à desmatação e à limpeza de bermas. Estas Juntas de Freguesia nomeadamente Parreira/Chouto, Ulme, Vale de Cavalos e Carregueira fizeram propostas de vários metros lineares, de vários metros quadrados de limpeza daquilo que é competência da Câmara Municipal e portanto estes contratos Interadministrativos vão exatamente no sentido de entregar à Junta por administração direta com os meios equipamento e pessoal que tem fazer este trabalho que de outra maneira seria entregue a uma empresa de fora do Concelho." --------a) Freguesia de Carregueira – Manutenções Permanentes, Eco Parque, Limpeza de Ribeiras e Desmatação; --------b) União de Freguesias de Parreira e Chouto - Manutenções Permanentes, Limpeza de Ribeiras e Desmatação; --------c) Freguesia de Ulme – Manutenções Permanentes, Limpeza de Ribeiras e Desmatação; -------d) Freguesia de Vale de Cavalos - Obras e Reparações (manutenção contínua e conservação dos espaços públicos); -------Em analogia com os pontos anteriores também neste as alíneas de a) a d) foram votadas



e Aprovadas por unanimidade. ----------- INTERVENÇÕES DO PÚBLICO -------Inquirido o público sobre possíveis intervenções apresentou-se o Munícipe: ------- "José Augusto Carrinho, Munícipe e Freguês da Freguesia de Pinheiro Grande, em primeiro lugar cumprimentar todos os presentes os Senhores da Mesa da Assembleia, os Senhores do Executivo da Câmara, os Senhores Deputados e dizer-vos que foi com alguma alegria e cumprimento o Senhor Presidente pela forma como geriu esta Assembleia, uma Assembleia bem participada, bem trabalhada com um pouco de nervos como é evidente estar, fez-me lembrar a Assembleia da República quando o PSD e o CDS falam, falam mas nada diz, nem nada traz de novo, mas enfim passemos à frente. ---O que me trouxe aqui a esta Assembleia hoje foi exatamente como cidadão do Pinheiro Grande manifestar o meu desagrado pela falta de respeito do anterior executivo, que acabou as funções e que acabou o quarto ano, eu vivo na Rua do Favacal uma rua que o Senhor Presidente não conhece, como não conhece nenhuma outra do Pinheiro Grande porque nunca ninguém o viu, foi um Presidente completamente ausente e portanto quero dizer que já hoje aqui ouvi dizer, que foi verdade a limpeza urbana foi uma vergonha, foi uma vergonha e uma falta de respeito para com os cidadãos, uma falta de competência para exercer o cargo como tal. Ainda mais sendo a Freguesia da Chamusca e Pinheiro Grande uma freguesia com um presidente a tempo inteiro seria de bom grado que o Senhor Presidente da Junta olhasse para trás e comprasse na verdade um retrovisor para ver aquilo que fez no último mandato. A todos quero desejar um bom Natal e um Bom Ano Novo e até muito breve." -------O Senhor Presidente da Mesa agradeceu a intervenção e questionou se mais alguém, do





público, queria intervir, sendo que Fernando Manuel Duarte Garrido, da Coligação
Chamusca é o Meu Partido, usou da palavra sem consentimento e proferiu:
"Senhor Presidente, com o devido respeito, eu não aceito que um Munícipe venha para
aqui interferir na Assembleia para tratar de assuntos particulares, a passar
incompetências a Membros da Assembleia. O Senhor esteve muito mal em autorizar isto,
percebeu, esteve muito mal
O Senhor Presidente da Assembleia disse ao eleito que não podia impedir o Munícipe de
intervir
Prosseguindo Fernando Manuel Duarte Garrido disse:
"Porque, ainda, por cima a pessoa que falou foi punida pelo tribunal por má conduta
à frente da Junta de Freguesia do Pinheiro Grande, esteve muito mal Senhor Presidente,
é um condenado que está aqui, um condenado"
Referiu o Senhor Presidente da Assembleia que após a intervenção do Senhor José
Augusto Carrinho se alguém pensar que ele disse coisas erradas, ele é um cidadão normal
como nós todos, pelo que podem agir civicamente, podem agir até com um "processo para
cima dele. Mas aqui ficaram registadas, de certeza, todas as palavras que aqui foram
ditas, para vossa tranquilidade"
Intervindo o eleito Rui Miguel Azevedo Martinho, da Coligação Chamusca é o Meu
Partido, perguntou se podia defender a honra, respondendo o Senhor Presidente que
agora não, nem tão pouco poderia ou deveria estar a dialogar com Munícipe
O eleito Rui Miguel Azevedo Martinho continuou a afirmar: "é um condenado pá, é um
condenado"
O Senhor Presidente da Assembleia chamou-o à atenção, referindo a sua condição de

Deputado, sendo que deverá ter calma nas suas palavras
Nada mais consentindo o Senhor Presidente desejou um Bom Natal e um ano de 2018
muito melhor do que o que está a findar
O suporte digital encontrar-se, como habitualmente no Gabinete da Assembleia
Municipal para eventuais consultas e continuará a servir de apoio às atas, pelo que há
partes em que são apenas feitas referências sumárias das intervenções realizadas durante
o decorrer dos trabalhos. O suporte digital desta sessão será denominado de Sessão
Ordinária de Dezembro de 2017
Nada mais ocorrendo, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão
Ordinária desta Assembleia Municipal, da fual se lavrou a presente Ata que,
conjuntamente com o Senhor Presidente da Mesa passo a assinar
Hants Tue To mande like
Horten, Gar V. You